

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA (\*)

---

PINSKY (Jaime). *100 Textos de História Antiga*. Hucitec (Editôra de Humanismo, Ciência e Tecnologia: rua Conde de Sarzedas, 38). São Paulo, 1972. 160 páginas.

Estamos diante de uma publicação excepcional, sob todos os pontos de vista. Antes de mais nada, tratando-se da primeira obra editada pela Hucitec, poder-se-ia esperar alguma falha de produção. Pelo contrário, fica-se agradavelmente surpreso quando se sabe que é justamente a primeira publicação de uma nova editôra, tão bem cuidada está a apresentação do livro. Jamais vimos neste país livro tão bem apresentado quanto este, excetuando-se obviamente as chamadas edições “de luxo”. Sob esse aspecto, o livro nada fica a dever aos melhores livros que importamos.

No que se refere à obra propriamente dita, preenche os objetivos a que se propõe, com rara felicidade. Senão vejamos: o que se pode e se deve esperar de um livro de textos num país como o Brasil? Sabidamente, e por vários motivos, não possuímos em vernáculo as obras mais importantes da cultura. Nossos tradutores são mal pagos, e nossos editôres, em geral, são tão ousados com publicações de fácil sucesso comercial, quanto tímidos em relação às publicações verdadeiramente importantes. Não temos, enfim, um mercado para o livro: são vários fatores, formando verdadeiro círculo vicioso, que ainda limitam nosso desenvolvimento cultural, embora se deva dizer, a bem da verdade, que a situação começou lentamente a mudar, a partir da última década.

Paralelamente, estamos assistindo nos últimos anos a uma proliferação desordenada do ensino superior, com a criação de várias faculdades, governamentais e particulares, que — com excessões demasiadamente raras — não têm condições de amparar professores e alunos sequer com uma biblioteca “mínima”. É comum o professor ver-se na contingência de emprestar seus livros pessoais para poder propiciar aos estudantes um acesso direto aos textos principais de suas disciplinas. O autor desta resenha e o próprio prof. Pinsky já tiveram que se utilizar desse recurso.

Dessa forma, à falta de traduções integrais das principais obras, o livro de texto se apresenta com primordial importância para aqueles que, por deficiência no conhecimento de línguas, não podem ter acesso às edições originais.

Mas para bem cumprir a sua missão deve ele ser organizado com muito critério e, principalmente, com um máximo de objetividade. Lamentavelmente, os poucos livros de texto que possuímos se ressentem de várias falhas de critério e objetividade.

Tal não é o caso desse “100 Textos de História Antiga”, do prof. Pinsky, cujos conhecimentos dos problemas acima abordados permitiram-lhe apresentar obra que, sem favor, pode ser classificada de primorosa. E é fácil prová-lo, bastando analisar detidamente o livro.

---

(\*). — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

Primeiramente, requer-se de um livro desse tipo que se sustente pelo critério de seleção dos textos. No presente caso, esse critério já estava parcialmente determinado: os textos seriam apenas referentes à história antiga, e tal situação, antes que facilidade, pode ser convertida em faca de dois gumes. O prof. Pinsky soube sa-  
far-se desse problema com maestria. Os textos foram agrupados por assuntos, dos mais variados e interessantes, além de permitirem uma visão da Antigüidade sob seus múltiplos aspectos.

Temos, por exemplo, os seguintes assuntos: “escravismo e justiça social”, “guerras de conquista”, “mitos, hinos e culto”, “escôlha de governante”, “mudanças políticas”, “sistemas e órgãos políticos”, “a educação, a família, a mulher”, “agrupamentos humanos”, “perfis”, “a propriedade”, e, “historiografia”. Para cada um desses tópicos podem ser encontrados de 8 a 10 textos: há o belíssimo “Hino a Aton”, de um cativante lirismo. Encontramos também as idéias que tinha Aristóteles da democracia, e que hoje certamente lhe trariam dissabores vários. Enfim, os “100 textos” foram retirados das fontes mais diversas da Antigüidade e permitem que se tenha uma visão ampla de muitos problemas que sempre preocuparam o homem. Onde se poderia encontrar, em português, textos sobre o famoso código de Hamurabi? Quantos alunos brasileiros já tiveram acesso à essa importante obra do mundo antigo? Portanto, sob esse aspecto de seleção de textos, o livro se apresenta com destaque.

Depois, requer-se ainda de tal tipo de publicação um cuidado com os textos propriamente ditos. Às páginas 7-8 da introdução, o Autor nos dá conta das fontes onde foi buscar os originais, nomeando ainda sua equipe de tradutores. Após cada texto, pode-se encontrar a citação rigorosa, dentro da técnica requerida, do local da obra daquele autor onde o texto pode ser encontrado.

Finalmente, e aqui o problema não é tão simples como parece, requer-se do livro de textos que contenha apenas textos. A maioria dos livros dessa categoria publicados em português, de uma forma ou de outra, apresentam ao leitor uma certa interpretação, seja com observações em notas de rodapé, seja com introduções à história da época, ao autor, seja ainda com “elementos para a compreensão” do texto, seja com outras sutilezas. Já foi publicado livro desse tipo onde o número de notas de rodapé supera o de páginas, o que, parece-me, fere os pressupostos de objetividade desse tipo de publicação.

Como é apresentado no presente caso, com todo o rigor e objetividade, o livro de texto transforma-se em auxiliar de primeira qualidade para seminários e outros trabalhos acadêmicos. Os professores, e não apenas os de história antiga, têm agora a oportunidade de, nas Universidades ou fora delas, ilustrar suas aulas com esses textos, propiciando ainda a seus alunos um conhecimento direto dos fatos históricos abordados e de suas interpretações pelos melhores autores que a Antigüidade nos legou.

\*  
\*     \*

BASTIDE (Roger). — *Usos e sentidos do termo “estrutura” nas ciências humanas e sociais*. Tradução de Maria Heloiza Schabs Capellato. São Paulo. Livraria Herder & Editôra da Universidade de São Paulo. 1971. 198 pp.

Os problemas de estrutura, para o historiador, são os da composição orgânica dos grupos submetidos à sua observação.

Pode-se individuar esta composição orgânica através tanto das proporções quantitativas dos subgrupos mais característicos como do estudo de suas relações multilaterais.

É concebível que o historiador proceda por cortes instantâneos, tomando numa certa data censos demográficos, sondagens notariais, número dos componentes de grupos organizados (partidos, sindicatos), resultados eleitorais, tiragens de jornais. Precisemos que a observação implica hipóteses de trabalho sobre as definições que a análise posterior deve confirmar, refutar ou esclarecer.

Mas, como as estruturas estão em perpétua transformação, o procedimento somente seria válido se se dispusesse de cortes homogêneos, múltiplos e contíguos. Isto é um ideal geralmente inacessível, ainda que na “era estatística”. Seja como for, os últimos 150 anos não podem bastar à nossa necessidade de conhecimento histórico.

Portanto, há que se chegar às estruturas por via indireta. Podemos fazê-lo mediante a observação “conjuntural” de certos sinais e a observação empírica, descritiva dos movimentos históricos de massa (lutas de classes, lutas de categorias dentro das classes, lutas e relações de poder entre grupos organizados). As curvas de conjuntura indicam tudo o que, embora num passado bastante remoto, oferece fragmentos mensuráveis: preços, salários, moedas, taxas demográficas, finanças públicas, tipos de rendas. Estes sinais, observados durante um período longo, denotam as ascensões e os declínios do grupo em seu conjunto, a sucessão de equilíbrios e desequilíbrios, a profundidade e a resultante das crises periódicas, as causas de atenuações ou de exasperações dos conflitos internos e, freqüentemente, as mudanças bruscas no ritmo das curvas ou de suas relações recíprocas indicam profundas transformações (tecnológicas, institucionais, etc.), que tais sinais podem fixar claramente, em seus inícios e em suas conseqüências. A conjuntura é, com freqüência, um indicio da estrutura.

Porém, é necessário recolocar no âmbito conjuntural os *sinais* das outras relações de grupo, mesmo que não sejam quantificáveis. Neste caso, serão suficientes descrições razoáveis, “análises causais”.

Duas noções se relacionam à análise das estruturas: a da oposição entre microestruturas e macroestruturas, e a da oposição entre infraestruturas e superestruturas.

A primeira tem sua importância na história da historiografia: a história passou muito tempo reconstituindo as relações entre indivíduos excepcionais e acontecimentos extraordinários. Mas logo se constata que, com bastante frequência, estas intervenções são tanto conseqüências como causas, ou representam fatos excepcionais, cujo efeito desaparece rapidamente no nível microestrutural. De idêntica maneira, os ensaios de sociologia microestrutural não podem servir à história, como também as hipóteses microestruturais que, por muito tempo, têm fundamentado a economia teórica. O trabalho histórico consiste, precisamente, em recolocá-los dentro dos sistemas macroestruturais.

A distinção entre infraestruturas e superestruturas desempenha também importante papel. O termo infraestrutura é aplicado a tudo quanto concerne à vida material dos homens. A primazia que o marxismo confere à infraestrutura deve ser assim entendida: a infraestruturura é o único campo em que se exerce o caráter *específico* do homem: a apropriação da natureza a seu serviço, com progressos no sentido de uma maior apropriação para um mesmo esforço, ou de um esforço menor para uma mesma apropriação. É justamente por causa deste caráter especificamente humano da “produção” que ela é o fundamento das transformações históricas. Dêste modo, a economia é o campo privilegiado das ciências humanas por ser o mais mensurável. As estruturas institucionais são superestruturas porque registram e defendem um determinado tipo de relações tecidas em tórno da produção, traço específico e fundamental. Estas são as estruturas mais resistentes, por isto, as suas transformações são freqüentemente bruscas (revoluções). As superestruturas espirituais estão ligadas às instituições, mas são, por sua vez, mais instáveis e mais resistentes: mais instáveis porque fazem a crítica da relação entre instituições e realidades subjacentes preparando, assim, as “revoluções”; mais resistentes porque sobrevivem longamente às instituições às quais estão ligadas. Nas estruturas espirituais, os elementos críticos e os elementos conservadores não caracterizam, por certo, as mesmas classes dentro do grupo, nem os mesmos grupos no conjunto humano.

Com efeito, a história está mais interessada nos elementos *diferenciais* que nos elementos comuns da evolução das estruturas. São os “desenvolvimentos desiguais”, os *desajustes*, que, constituindo casos clínicos a estudar, dão à história sua complexidade e dominam as relações de grupo a grupo.

A linha de desenvolvimento do pensamento sociológico estrutural vai dos mercantilistas até Cantillon, Quesnay e Marx. Começou a ser ciência, isto é, experiência prática e ação sobre a realidade, com este último e com seus discípulos ativos. A posição estruturalista em história implica uma realidade estruturada e, portanto, expressável matematicamente em suas características e variações. Porém, o domínio de uma ciência sobre o real começa bem antes de sua formulação matemática, e esta (da qual apenas a ciência econômica aceita já alguma intervenção) terá necessidade de progressos não-predetermináveis para expressar a multiplicidade das variáveis no campo social.

\*  
\*   \*  
\*

RÉNOU (Louis) e GARD (Richard A.). — *Budismo e Hinduismo*. Zahar Editôres. Rio de Janeiro. 1972. 2 volumes. Coleção “Biblioteca de Cultura Religiosa”. (Tradução do original inglês *Great Religions of Modern Man*. New York. George Braziller Inc.).

Louis Rénou, professor de Sânscrito e Literatura Indiana na Sorbonne, e Richard A. Gard, “leitor” de Estudos Budistas na Universidade de Yale, são os responsáveis pelos dois volumes relativos às religiões orientais — Budismo e Hinduismo — da “Biblioteca de Cultura Religiosa”, lançada no Brasil por Zahar Editôres. A edição original pertence a George Braziller Inc., de Nova York, sob o título de *Great Religions of Modern Man*. É certo que o título que estamos usando para esta nota (Religiões Orientais) deve ser entendido em sentido restritivo, uma vez que todos os grandes sistemas religiosos viram do Oriente. São tôdas, pois, “religiões orientais”. Mas aqui queremos dar ênfase especial às do Extremo-Oriente, e neste sentido a expressão está consagrada.

É enorme, na atualidade, o interêsse do homem ocidental pela cultura do Oriente, especialmente depois que os países dêsse Oriente longínquo começaram a ter vez na vida política, econômica e cultural do mundo, quando êles, assim, “entraram para a História”, expressão freqüente, mas que, em última análise, nada significa. Que História? Seriam êles povos sem História, a-históricos ou extra-históricos, para usar os termos de um moderno — e dos mais perspicazes — analista da História? É inegável, contudo, que o sentido ocidentalizado de nossa História, reflexo de uma herança cultural profundamente acentuada (não apenas herança “gauleza”, como às vêzes por ironia se ouve...), fêz relegar para plano secundário as antigas e significativas culturas orientais. Foi preciso, de fato, que os respectivos países comesçassem a pesar na vida mundial (“acordassem”, como se costuma dizer) para que nós os julgássemos dignos de figurar nas páginas de nossos manuais. E ainda assim, com que parcimônia! Entre as viagens portuguesas ao Oriente nos séculos XV e XVI e a ocidentalização do Japão nos fins do século passado, há um vazio interrompido exclusivamente para lembrar rivalidades francesas e inglesas. Guerras, conquistas, domínios, exploração econômica, escravização, eis o saldo com que o Oriente se apresenta ainda hoje nos nossos livros de História.

No entanto, a compreensão mútua entre os povos deve necessariamente reportar-se às respectivas raízes culturais. Na medida em que a Índia, a China e o Japão assumem um papel crucial no presente encôntro do Oriente com o Ocidente, torna-se de vital importância compreendermos determinadas forças qu fazem daqueles países o que êles são. E na compreensão exata dessas forças, as suas crenças religiosas ocupam o primeiro plano. Os dois autores a que nos referimos compreenderam bem êsse ponto e seus livros, conseqüentemente, constituem uma apreciação dos valores permanentes tanto do Hinduismo como do Budismo. Não se trata de história das

religiões. Talvez até falte nelcs um pouco de História. O que pretenderam Rénou e Gard foi mostrar o sentido espiritual dèsses dois grandes sistemas religiosos, acompanhando-os tanto quanto possível com textos, pois só através dèstes se pode aquilatar as vrdades religiosas.

Na obra de Louis Réneou a seleção de textos abrange tôda a históriia da tradição hindú, desde as fontes sânscritas (Rig-Veda, Ramayana e mais dezessete outros cscritos) até os autores modernos, como Romohum Roy, Rabindranah Tagore, Gandhi, Aurobindo e Radhakrihnan. Merece atenção especial Rohohum Roy, o primeiro indiano a procurar um contacto com a civilização ocidental. “Fielmente ligados às culturas hindús, estudou os livros cristãos com grande interêsse e tentou usar o seu ideal monoteísta ético para infundir vida nova ao hinduismo tradicional”. Com muita justiça, foi chamado o “pai da Índia moderna” Expressivo é o seu excerpto transcrito à pág. 171, intitulado “O Hinduismo não é inferior ao Cristianismo”.

Dentro do mesmo espírito, a obra de Richard A. Gard apresenta as crenças e práticas do Budismo, tais como formuladas e expressas nos escritos básicos da tradição budista. A inspiração central do Budismo, sua evolução histórica e suas principais variantes ideológicas, são apresentadas logo no início do volume. A seguir, o leitor é conduzido através de vasta literatura, graças a transcrições selecionadas de trechos em que se realçam os temas dominantes do processo ideal da vida budista. a primeira parte descreve os ensinamentos do Buda culto. É então discutida a filosofia básica do budismo: seu critério e conceito do problema da vida e natureza da existência, sua interpretação de liberdade, sua explicação da relação de Ser, Pensamento e Ação. É com base em tais princípios que se ergue o conjunto de práticas da religião budista: o processo de treino, os vários rumos do Budismo, os princípios da conduta ideal. Esta parte termina com uma descrição das principais cerimônias e rituais budistas.

O monasticismo budista é descrito em documentos de indiscutível autoridade, enquanto que a parte final do volume é de grande significado para a compreensão do papel do Budismo na atualidade. Apresenta o pensamento budista em questões de ordem social, política e cultural, e indica o papel que poderá desempenhar na evolução futura do Oriente.

Ressalte-se a cuidadosa apresentação gráfica, bem como a excelente tradução de Affonso Blacheyre. Compreende a coleção mais quatro volumes, a saber: “Cato-licismo” (George Brantl), “Islamismo” (J. A. Williams), “Judaísmo” (Arthur Hertzberg) e “Protestantismo” (J. Leslie Dunstan).

*ODILON NOGUEIRA DE MATOS*

\*

\* \*

LINS (Ivan). — *A Idade Média, a Cavalaria e as Cruzadas*. 4ª edição. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970.

Livro polêmico, na gênese (cf. o Apêndice da obra em epígrafe, pp. 345 e segs.), pois que suscitou protestos que ultrapassaram os limites do razoável, em matéria de divergência intelectual, estampa o volume em apreço a série de conferências, consagradas por Ivan Lins ao estudo e divulgação da Idade Média. Proferidas em 1938, pelo eminente escritor, dentro do seu grandioso plano de difusão cultural, no sentido mais alto do termo, e depois impressas em forma de livro, essas conferências não somente venceram os antagonismos do espírito sectário que pretendia barrar-lhes o caminho, mas também se impuseram à intelectualidade do país, tanto que entraram em sua 4ª edição, a qual temos o especial prazer de apreciar.

É que o livro não se desvia da linha de erudição e superior probidade, que caracterizam a personalidade e têm marcado a trajetória literária do seu ilustre Autor. Com efeito, é este mais um exemplo da coragem do Autor, ao sustentar publicamente suas idéias e convicções, contra as abusivas pressões da intolerância, que intentava calar a voz do conferencista. E a sua autoridade hoje se impõe, como àquê tempo se impunha, sem embargo de naturais discordâncias, perante os espíritos mais lúcidos e liberais do catolicismo brasileiro.

Volvidos três decênios, desde o seu aparecimento, o texto, segundo declara o próprio Autor, permanece essencialmente o mesmo, apoiado em suas concepções básicas, que se conformam com as linhas da pesquisa e da bibliografia mais recente sobre a época e as instituições por ele analisadas. Mais do que justificada, portanto, esta reedição, a qual põe ao alcance dos estudantes de História uma valiosa e variada fonte de ensinamentos, a respeito da Idade Média.

Sem embargo da segurança das informações e dos amplos conhecimentos do Autor, um erudito sem dúvida alguma, trata-se menos de uma obra de investigação pessoal, que de divulgação dos temas versados, e como tal parece-nos deva ser considerada. Em verdade, insiste êle mais no estudo da cultura, instituições, usos e costumes marcantes, que das transformações ocorridas durante a Idade Média, para as quais concorreram as condições históricas daquela época. Escrito no momento em que se manifestava e difundia a corrente reabilitadora, no estilo da “nova Idade Média”, de Berdiaeff, o estudo de Ivan Lins veio opor judiciosos reparos a êsse tipo de revisão panegírica.

No entanto, a formação filosófica do Autor que é prosélito convicto de Augusto Comte, longe de afetar-lhe o senso crítico, o levou também a uma visão reabilitante da Idade Média, que o fundador do Positivismo foi dos primeiros a conceber e proclamar (Cf. Lins (Ivan), *L'oeuvre d'Auguste Comte et sa Signification Scientifique et Philosophique au XIXe Siècle*, p. 21-22, sep. de “Cahiers d'Histoire Mondiale”, vol. XI, nº 4, Neuchatel, 1969). Dentro dessa posição doutrinária, repele Ivan Lins tanto o conceito de uma Idade Média ideal, era da perfeição humana,

com o da “noite de mil anos”, época de trevas e retrocessos. E na busca desse meio termo, soube evitar certos preconceitos e rigores de julgamento, de que ainda não se isentaram totalmente determinada concepções correntes ou vulgares da Idade Média. A leitura deste livro com certeza encaminhará os leitores a uma conceituação veraz e equilibrada desse período histórico.

Traço não menos relevante, na obra em questão, é o critério de imparcialidade, do qual o Autor busca invariavelmente não afastar-se. Ao tratar, por exemplo, da vida literária medieval, relembra que os clássicos greco-latinos não tinham caído no esquivamento e contesta, uma vez mais, o falso conceito da “noite milenar”, para sublinhar que a Idade Média, segundo observa Augusto Comte, foi um desses períodos de “atividade secreta e silenciosa” (p. 161), e nela estava em germe o radioso alvorecer do Renascimento. Não menos lisonjeiro é o alto conceito que, da parte do Autor, merece a vida monástica, foco de ação intelectual, que preservou o Latim e conservou grande acervo dos autores gregos e romanos (p. 152).

O procedimento metodológico do Autor, consiste em comparar a Idade Média com a Antiguidade clássica ou com os Tempos Modernos (p. 6) em busca da máxima objetividade. Desse paralelo, resulta principalmente a superioridade do catolicismo sobre o politeísmo, no tocante às virtudes morais, que as crenças antigas de modo nenhum estimulavam. Daí, a relaxação dos costumes entre os antigos, mesmo nos homens superiores, a prática da escravidão, e outros males. O catolicismo veio concorrer para o advento do homem moderno, dotado da consciência da sua autonomia moral, independentemente do poder do Estado. Isto, depois de haver concorrido para a distinção dos dois poderes, o espiritual e o temporal, que na Antiguidade se confundiam.

Todavia, o método do Autor não reside tanto na comparação entre a sociedade greco-romana e a medieval, mas sim em procurar na decadência e desregramentos dos últimos tempos de Roma a explicação das reações morais surgidas na Idade Média. O que não exclui a verificação das vulgaridades e atrasos que também existiram na sociedade senhorial. Nessas antinomias é que o Autor procura caracterizar a época, mostrando-nos uma Idade Média marcada por frisantes contrastes, em cuja história os impulsos civilizadores esbarram nos usos mais bárbaros. E em geral numa tomada de posição que nos parece ser mais de crítica, que de explicação da Idade Média.

Nos sucessivos capítulos, o Autor analisa as manifestações dominantes da história da civilização medieval, dentro do seu critério de apreciação, pondo em realce o catolicismo, o regime feudal, a cavalaria, a cultura medieval, o cruzadismo, certos usos e costumes marcados pela excentricidade, pela credulidade, pelo fanatismo retrógrado.

O catolicismo é realçado em sua grandeza, sobretudo como força vinculadora entre os povos divididos, por causa da fragmentação feudal. E o Autor não-lo mostra



ainda como polo de atração dos homens moral e intelectualmente superiores, sancionando preceitos éticos, aos quais era alheio o politeísmo. Por isso, o catolicismo foi o herdeiro dos moralistas gregos e romanos. A Santa Sé elevou-se ao nível de côrte internacional de justiça, acatada pelos soberanos.

Relativamente ao feudalismo, o Autor começa por uma caracterização do sistema senhorial. Contestando o conceito segundo o qual o feudalismo era peculiar aos bárbaros, sustenta que a dispersão da autoridade decorreu também da extensão do império romano. Correta a idéia, propugnada pelo Autor, de que a guerra se tornou quase inoperante, como ação de conquista. Mas, entendemos que ela não se tornou exclusivamente defensiva, sendo também competitiva, entre os barões feudais. Daí, a insegurança geral, agravada pela repetição do fenômeno das invasões de nômades orientais, insegurança que acarretou as dependências feudais, como o próprio Autor assinala (p. 87). Quanto a ser o feudalismo resultante das instituições romanas, é exato, mas em parte; no sistema senhorial, houve também elementos oriundos de instituições germânicas (a “recomendação” e a “vassalagem”) e ainda se fêz sentir o condicionalismo histórico especificamente medieval.

O quadro social vem completar o político, mediante a precisa explicação da hierarquia típica da sociedade feudal, firmada numa sucessão de dependência que encadeavam os indivíduos uns aos outros: suzeranos, vassallos, vilões; e quanto à nobreza, mostra o Autor que a grosseria de certos costumes era amenizada pelas interferências da Igreja e pelos preceitos superiores da cavalaria. Neste ponto, o Autor frisa constantemente o binômio cristão-cavaleiro, através do culto às virtudes cavaleirescas: bravura e lealdade, fidelidade e cortesia, liberalidade e honra, dever e culto à mulher, virtudes essas que levavam ao ideal da proteção aos pequenos, à missão de paladino, numa época em que predominava a lei do mais forte. Nada disto, porém, exclui o contraste entre esses ideais e as grosseiras vulgaridades ainda reinantes. Daí, explica o Autor, a sátira imortal de Cervantes à cavalaria (p. 128).

Não poupa êle de suas críticas os maus costumes do clero medieval, nem os desvios morais dos leigos. Essa visão dual, dos aspectos positivos e negativos da Idade Média, é uma linha constante de análise e pensamento, ao longo de toda a obra. Por isso, acabando de apontar algumas baixezas da vida medieval, volta o Autor a exalçá-la, lembrando a ação da Igreja e do monaquismo, pela conservação do Latim e dos autores greco-latinos, como fonte perene de cultura. E salienta outras instituições intelectuais da época: o *trivium* e o *quadrivium* do ensino universitário; a literatura, a história e a geografia; os estudos jurídicos e a preservação do Direito romano; a ciência árabe e a escolástica, que atestam a intensa inquietação intelectual da Idade Média. Sempre atento, porém, ao jogo dos contrastes, assinala a triste realidade do analfabetismo medieval.

Finalmente, depois de evocar certas realidades sociais, certos usos e costumes evadidos de rudimentariedade, de superstição, de extravagância, o Autor consagra os

capítulos últimos do seu livro às Cruzadas, cujas características são examinadas, cuja história é extensamente rememorada e cujas conseqüências são cuidadosamente fixadas, maximé no tocante à decomposição do regime feudal, ao fortalecimento da Realeza, ao abrandamento da servidão, à formação e progresso das cidades. Nota-se neste passo que, em história sócio-econômica, as idéias do Autor não destoam das de Marc Bloch e Henri Pirenne, os dois grandes mestres na matéria.

Apraz-nos, ao concluir, frisar que o livro em apreço nada perdeu do vigor e da validade dos seus primeiros dias. Tal como foi concebido e elaborado, alinha-se entre as diversas interpretações dessa fase da História, cuja riqueza de conteúdo explica as estimuladoras controvérsias que tem provocado.

RAUL DE ANDRADA E SILVA

\*

\* \*

*Saisimentum Comitatus Tholosani*. Edição de Yves DOSSAT. "Collection de Documents Inédits sur l'Histoire de France". Série in 8º — Vol. 1. Paris, Bibliothèque Nationale, 1966. XX + 509 páginas in 8º.

*La Gascogne dans les registres du Trésor des Chartes*. Edição de Charles SAMARAN. "Collection de Documents Inédits sur l'Histoire de France". Série in 8º — Vol. 4. Paris, Bibliothèque Nationale, 1966. XVI + 308 páginas in 8º.

*Le Terrier de Jean Jossard, coseigneur de Chatillon-D'Azergues (1430-1463)*. Edição de René FÉDOU. "Collection de Documents Inédits sur l'Histoire de France". Série in 8º — Vol. 5. Paris, Bibliothèque Nationale, 1966. 162 páginas in 8º, 3 ilustrações e 2 cartas fora do texto.

*Actes relatifs à la Principauté de Morée (1289-1300)*. Edição de Charles PERRAT e Jean LONGNON. "Collection de Documents Inédits sur l'Histoire de France". Série in 8º — Vol. 6. Paris, Bibliothèque Nationale, 1967. 243 páginas in 8º e mapa fora do texto.

Em oportunidade anterior, nestas páginas (1), registramos o início da publicação da "série in 8º" da prestigiosa coleção a que pertencem os volumes em exame, que colocam ao alcance dos pesquisadores documentos que se revestem de grande interesse para o estudo da história francesa na Baixa Idade Média, em edições exemplares no aparato crítico.

Os registros da tomada de posse da região correspondente ao condado de Toulouse por Filipe III, o Audacioso, em 1271, apresentam muitos pontos de interesse. Inicialmente, do ponto de vista político, referem-se a um fato de grande impor-

---

(1). — *Revista de História*, 1966, T. XXXIII, nº 68, pp. 564 sqq.

tância tanto para a região em causa, quanto para a França em geral, já que representa uma etapa significativa do processo de integração do Languedoc na Corôa francesa. O aludido processo não se iniciou nem findou com o acontecimento em questão — já que desde a Cruzada dos Albigenses (1229) a margem de autonomia da região tornou-se extremamente reduzida e visto que a anexação formal somente se verificou sob João-o-Bom em 1361 — mas tornou-se então praticamente irreversível. Todavia, o quão úteis possam ser para a história política, os documentos em questão não têm a sua importância limitada a êsse aspecto, apresentando-se — por exemplo — extremamente elucidativos para a história administrativa da França, oferecendo um flagrante precioso dos métodos adotados pela burocracia real na transformação do regime dominial. A fixação do montante de taxas e impostos, bem como o confisco de tesouros, tornam-nos, por outro lado, significativos para a história fiscal. A história jurídica e institucional do período também encontra aí subsídios significativos, etc..

Uma vez caracterizado o interesse da documentação, resta-nos acentuar a excelência da edição, mormente tendo-se em conta que seu responsável não pôde dispôr dos originais, mas apenas de cópias assaz tardias dos séculos XVII e XVIII, o que exigiu uma crítica cerrada dos textos disponíveis. Além do cuidado no estabelecimento dos textos há a louvar a introdução, meritória não apenas pelas anotações críticas, mas também pelo amplo histórico dos acontecimentos. Mapas, quadros e um detalhado índice de matérias contribuem para facilitar a utilização da documentação.

De um caráter acentuadamente diverso se reveste o volume 4 da coleção em causa, visto que muito mais do que a publicação propriamente dita de documentos, apresenta-se êle como um repertório seletivo dos atos públicos relativos à Gasconha constantes dos registros da chancelaria de França, mais conhecidos como *Trésor des Chartes*, o que se explica tanto pela abundância da documentação (2.171 atos escolhidos em um conjunto de 94.804), quanto pela multiplicação de diplomas legais de idêntico teor, variáveis apenas quanto aos interessados. Como é de praxe em casos similares, o Prof. Charles Samaran se limita a resumir o conteúdo de cada ato e a indicar a respectiva cota, mas o amplo lapso de tempo compreendido (os atos mais antigos datam de 1304 e os mais recentes de 1568) pela documentação em causa torna a publicação utilíssima para uma extensa faixa de historiadores preocupados com a Gasconha, sendo de se desejar que o nobre exemplo do eminente editor seja seguido por outros eruditos, visto que a publicação de repertórios similares para outras regiões da França facilitaria extraordinariamente aos pesquisadores a utilização do *Trésor des Chartes*. Um minucioso índice de lugares e pessoas contribuem para facilitar o manuseio do volume.

Dentro da variedade que caracteriza a coleção em exame, o volume 5 nos oferece um documento significativo sobretudo para os estudos da história agrária, o *terrier* de Jean Jossard. O *terrier* constituía-se num cadastro das tenências com

finalidades fiscais, devidamente autenticado por tabeliães, o que o tornava documento habil no caso de disputas judiciárias. Tais documentos tenderam a se multiplicar em consequência das perturbações do século XIV (epidemias e guerras), que provocaram a devastação da zona rural, desorganizando a administração senhorial, o que os torna um sintoma das tentativas de reorganização administrativa dos detentores da terra, sendo sobretudo característicos do Lyonnais e da Auvergne. O *terrier* de Jean Jossard, de elaboração cuidadosa e de que subsistem nada menos do que 3 exemplares, apresenta a peculiaridade de ser elaborado por um senhor laico e não por uma entidade religiosa, então o caso mais freqüente. O referido *terrier* se apresenta rico em indicações sobre as práticas agrícolas do Lyonnais e a evolução econômica deste no fim da Idade Média, bem como relativamente a aspectos correlatos à vida agrária. Mas, não é apenas o documento que se apresenta digno da atenção dos especialistas, pois embora os volumes da presente coleção apresentem habitualmente introduções bastante substanciosas, no caso em foco a do Prof. René Fédou se constitui numa verdadeira monografia sobre o funcionamento da senhoria de Jean Jossard e enriquece significativamente a bibliografia sobre a história agrária do período. Mapas, quadro genealógico, fotografias aéreas e o proverbialmente minucioso índice de matérias completam o volume.

O último dos volumes da coleção em causa que nos é dado comentar desta feita representa, por sua vez, um caso assaz singular, visto que êle se constitui na única possibilidade de acesso dos historiadores aos documentos em causa. Com efeito, quase todos os atos relativos ao Principado de Moréia foram extraídos do *Archivio di Stato*, de Nápoles, destruído pelos alemães em 1943, tendo as cópias sido feitas à mão (na época o uso do micro-filme ainda não se generalizara como hoje) pelo Prof. Charles Perrat antes da última guerra. Outras publicações em caso idêntico, algumas datando do século passado, preenchem função similar para documentos alusivos a outros períodos que não o de Carlos II de Nápoles (1289-1309), para o qual se dirigiu a atenção do Prof. Perrat, o qual seleccionou 243 documentos em sua maioria oriundos dos mencionados arquivos de Nápoles e que oferecem subsídios riquíssimos sobre todos os aspectos da história do Principado de Moréia durante êsse reinado. Ainda que seja impossível um confronto com os originais perdidos, o fato de a edição se dever a um especialista do porte do Prof. Perrat, professor de Paleografia da *École National des Chartes*, garante o seu rigor e excelência, tornando-a digna da maior confiança dos historiadores interessados. Uma rica introdução de Longnon, que também colaborou na edição, índices e mapa completam o volume, dentro dos moldes da coleção.

Do exposto ressalta a variedade e nível elevado da *Collection de Documents Inédits sur l'Histoire de France*, o que nos leva a desejar o rápido aparecimento de novos volumes, embora em coleções de um tal rigor de edição a constituição de um acervo quantitativamente importante seja raramente conseguida.

\*  
\*       \*  
\*

BASTIDE (Roger). — *Le rêve, la transe et la folie*. Paris. Flammarion. Nouvelle Bibliothèque Scientifique dirigée par Fernand Braudel. 1972. 263 pp. Preço: 35 F.

Muitas vèzes comparou-se o sonho com a loucura e o transe místico com os fenômenos da histeria.

Si as diferenças que os separam, entretanto, são mais importantes que as similitudes, não é menos certo que, nêsses três casos, penetramos num outro mundo. Durante séculos, o louco, a mulher em transe, o sonhador, foram considerados como os intermediários privilegiados entre o mundo do sobrenatural e o da natureza.

A sociedade ocidental quis romper êsses canais de comunicação. O sonho foi controlado. A Igreja desconfiou dos seus místicos. As doenças mentais sofreram um “deslocamento”: deixaram o indivíduo, vítima, para tornarem-se doenças da sociedade, agressivas e repressivas.

Apesar de tudo, ao tentar-se reduzir os três fenômenos estudados neste livro a fenômenos naturais, o sentimento de estranheza permanece. Porque?

Roger Bastide, a partir de um grupo étnico preciso (os negros do Brasil), procurou responder a êssa questão e a encontrar, no trato de um certo tipo de homem, o sentimento universal da fragilidade da razão, sempre prestes a sossobrar nos abismos noturnos.

E. S. P.

\*  
\*       \*  
\*

VERGEZ (André) e HUISMAN (Denis). — *História dos Filósofos*. Tradução de Lélia de Almeida Gonzalez. Livraria Frcitas Bastos. Rio de Janeiro. 1970. 450 páginas.

Parece difícil, à primeira vista, fazer um julgamento objetivo sôbre essa obra, já que ela se fundamenta e se alimenta da contradição. A idéia principal do livro, que o informa, é a de que “o estudo da filosofia é inseparável dos textos dos filósofos” (pág. 5, prefácio, redigido por F. Alquié). Se essa é a idéia de sustentação da obra, a ela corresponde um contrasenso fundamental: há textos em demasia. Por serem muitos, são muito curtos. Sendo curtos, não podem pretender se manter como uma espécie de guia que servisse para facilitar o acesso à filosofia. Nesse livro de textos, os textos são acidentais, meros apelos pretensamente pedagógicos, antes que pontos de partida para um sempre desejado despertar filosófico.

Não obstante, a idéia básica do livro parece inteiramente válida, embora seja fácil reconhecer que os seus autores foram demasiadamente pretenciosos. Em verdade, o que apresentam é uma “história da filosofia” do tipo tradicional, onde em poucos parágrafos se fala resumidamente sobre o “sistema” de determinado filósofo. Em seguida, e aqui residiria a novidade, pretendem “ilustrar” seu esboço com pequenos trechos, retirados da obra do filósofo focalizado.

A pretensão da obra é ser útil aos principiantes nos estudos filosóficos, isto é, aos alunos do curso colegial, que se encontram, potencialmente, no limiar das universidades, e, também, àquêles que acabaram de nelas ingressar. Essa pretensão de utilidade se baseia no contacto direto desses estudantes com os grandes autores da filosofia, contacto considerado “indispensável”. Mas o que salta aos olhos, a partir daí, é que o livro não é dirigido a esses potenciais leitores, os estudantes, mas sim aos seus professores de filosofia: visa a facilitar-lhes a tarefa da busca e apresentação de textos filosóficos. “O que faltava, o que nossos colegas de há muito reclamavam, era uma obra que fôsse ao mesmo tempo uma história da filosofia (de uma extensão e de um estilo acessível aos iniciantes) e uma coletânea dos grandes textos, uma obra de iniciação em que os textos fôssem situados no seu contexto histórico, a fim de que a leitura e o comentário fôssem facilitados” (pág. 10).

Ora, se partirmos de uma concepção simples, que vê no ensino da filosofia no curso colegial a finalidade de preparar o aluno para, pensando por si mesmo acerca dos temas fundamentais da existência, ingressar finalmente no mundo dos adultos, percebemos que o livro pouco contribui para a efetivação dessa tarefa. Pelo contrário, pela forma com que foi organizada a apresentação dos textos, a presente obra talvez até ajude a manter aquele concito popular, segundo o qual a filosofia não passa de um “jogo de idéias”, altamente subjetivo, e que pode, quando muito, produzir certo inefável delcete espiritual naquêles que filosofa, mas que para nada mais serve.

Dessa forma, a obra se reveste, paradoxalmente, do caráter mais anti-pedagógico possível, que nos leva à explicação da pretenciosidade de seus autores.

Esse seria o contrasenso mais geral, o principal da obra. Mas há outros. A parte “A” da Introdução é excelente, o ponto alto desse livro. Ai se procura explicar, com apóio em nomes como os de Gusdorf, Gouhier, Guéroult, e outros, as relações que um sistema filosófico guarda com a história da filosofia. O sentido da noção de progresso em filosofia, as “leituras” de tipo sociológico ou psicológico, as relações que filosofia, arte e ciência guardam entre si são, entre outros, alguns tópicos abordados nessa parte, de grande utilidade aos alunos dos cursos colegiais.

Já a parte “B” da Introdução, onde os autores procuram explicar como se deve interpretar um texto, é menos interessante. Tal fato não advém propriamente do conteúdo dos comentários, mas sim do exemplo utilizado, que já começa a exhibir

a falta de cuidado, de objetividade, com que os textos foram tratados nessa obra. Um pequeno trecho do primeiro parágrafo da Segunda Meditação cartesiana não é, em verdade, um texto bem escolhido. Para exemplo deveria ser utilizado um texto maior, e a interpretação pròpriamente dita deveria ser explorada com variantes em algumas páginas, pois é de se pressupor que os autores estão ensaiando com o leitor o trabalho a ser feito no restante da obra. Era de se esperar, portanto, um comentário exaustivo.

Após essa Introdução, entra-se em contacto com a obra em si mesma, organizada sob o critério cronológico: desde o capítulo “Platão” até o capítulo “Filosofia Contemporânea”, passamos sucessivamente pelos capítulos “Aristóteles”, “Pós-socráticos”, “Neoplatonismo”, “Filosofia Cristã”, “O nascimento do pensamento moderno”, “A filosofia de Descartes”, “Os cartesianos”, “Pascal”, “Os empiristas ingleses do século XVII”, “A filosofia francesa do século XVIII”, “A filosofia inglesa do século XVIII”, “A filosofia de Kant”, “O idealismo pós-kantiano”, “Augusto Comte”, “O socialismo”, “Filosofia pessimista e filosofia trágica”, e, finalmente, “O espiritualismo francês nos séculos XIX e XX”.

Em cada um desses capítulos é esboçado rapidamente um “esquema” das idéias principais de três ou quatro representantes, esquema seguido pelos textos, cujos critérios de escôlha não são perceptíveis. Ao final de cada capítulo, podemos encontrar uma bibliografia, pequena mas de nível universitário, relativa aos filósofos nele tratados. Os textos, razão de ser do livro, são, em sua maioria, demasiadamente curtos para permitir um bom seminário, sendo comum não possuírem ponto algum de sustentação para o leitor, na medida em que são retirados arbitrariamente de um contexto mais amplo e significativo. Por serem curtos, fogem ao próprio espírito que presidiu a organização do livro, levando em consequência a obra a perder em objetividade.

Alguns exemplos ilustrarão melhor essa afirmação. Tomemos, por exemplo, o capítulo sobre Platão. Aí encontramos, após a apresentação das idéias básicas do filósofo, um texto do diálogo Ménon sobre a virtude; o discurso de Glauco sobre a justiça (constante do livro segundo da República); o “mito da caverna”, retirado também da República; e, por fim, um texto do diálogo Górgias, sobre a vida moral. Antes de mais nada, registre-se que, contrariamente ao que pretendem seus autores, tais textos não podem ser úteis aos que acabaram de ingressar nas universidades, porque falta a citação rigorosa de onde o texto foi retirado, o que, parece, impede um verdadeiro seminário universitário. Nem se fale, por desnecessário, no tamanho, por exemplo, dos textos do Ménon e do Górgias. Conclusão, para o caso desse capítulo: o livro só pode prestar algum serviço aos professôres do colégio. Tal conclusão pode ser generalizada para quase todos os demais capítulos, às vêzes com maior fundamento.

Mas, então, dever-se-ia levar em conta o sentido que a filosofia deve representar para os alunos do curso colegial. No caso de Platão, por exemplo, não bastaria apresentar o mito da caverna, com tôda a rica simbologia que lhe é inerente? Uma análise séria, rigorosa, desse famoso trecho de Platão situaria, para o professor do colégio, um núcleo pelo qual introduziria os alunos à filosofia (não necessariamente platônica).

Como no caso de Platão, poder-se-ia colocar em questão o critério da escôlha do texto usado para cada um dos autores apresentados. Camus, por exemplo, é representado por um pequenino parágrafo do “mito de Sísifo”. Ora, tal texto é relativamente curto, ocupando aproximadamente três páginas, de uma beleza extraordinária, e altamente significativo para ilustrar uma das facetas pelas quais o pensamento contemporâneo se nos apresenta. Por que, então, mutilá-lo?

Um livro de textos para seminários filosóficos, que pudesse ser usado nos colégios e universidades, deveria conter apenas textos, sem comentários que pudessem orientar a interpretação por parte dos estudantes. E os textos deveriam ser organizados por assuntos, antes que por épocas históricas, com a rigorosa citação das fontes. Além disso, cada texto deveria preencher umas poucas páginas, de modo a deixar transparecer os encadeamentos de raciocínios.

Querendo servir simultâneamente ao colégio e à universidade, pretendendo ser geral (apresentando o esquema do sistema do filósofo) e particular (apresentando o texto) ao mesmo tempo, a *História dos Filósofos* é um livro frustrado e frustrador. Perde muito a filosofia. Nós, quando muito, podemos perder a calma.

PAULO ROBERTO MOSER

\*

\* \*

ESAÚ (Elias) e PINTO (Luiz Gonzaga de Oliveira). — *História do Brasil (Para Estudos Sociais)* 1º Volume, Edição Saraiva, São Paulo, 1972. Formato 16 x 24 cm, Capa plastificada, 199 páginas, 250 ilustrações, gráficos e cada unidade acompanhada de uma “linha do tempo”.

É uma satisfação, vemos acrescida a plêiade de historiadores por gente jovem, apresentando *História do Brasil* para os nossos estudantes da 5ª Série do Ensino de 1º Grau (antiga 1ª Série Ginásial).

A partir das capas, que é criação artística de Joel Linck, os autores tiveram acurado trabalho de estudar uma “linha do tempo”, mostrando de forma inteligente a maneira de abordarmos uma história não puramente factual, e sim, vivida no dia a dia.



A obra é apresentada em 10 unidades, cuja nomenclatura foge aos antigos padrões, entretanto, capaz de ser melhor entendida pelo estudante.

1. — *Noção do tempo Histórico.*

A unidade inteira destina-se a colocar ao alcance do instruendo, os instrumentos que o mesmo tenha capacidade de após pequena orientação do professor, iniciar a redescoberta. As “linhas do tempo” e a colocação do aluno vivendo a história sem sentir.

Termina com um exercício fácil, que entretanto, só poderá ser solucionado, após a leitura e compreensão da unidade.

2. — *Um passeio pela Idade Média.*

Através da “linha do tempo”, o leitor vai ao passado, entra em contacto com problemas ocorridos há 13 séculos; ao voltar, retém bem nítido tudo quanto observou, por ter sido apresentado ao seu nível mental sem decorar. Termina com exercício.

3. — *A europa descobre o Nôvo Mundo.*

Enfoca a Europa em busca do desconhecido, procurando solução para seus problemas, tais como o da “carne da estação hiberna”, a importância do ouro, que provocou as grandes navegações, apoiada no progresso da marinharia e no aperfeiçoamento dos instrumentos náuticos.

Este capítulo introduz a leitura complementar e finda com exercício.

4. — *O Brasil nos primeiros 30 anos.*

Só a página dupla que anuncia o capítulo, com sua “linha do tempo”, já seria o suficiente para que o aluno entendesse desde o Tratado de Tordesilhas até o Brasil sob o Domínio Espanhol.

Descreve o “descobrimento”, fazendo referências inteligentes a respeito da “carta” e as reações de D. Manuel.

Apresenta o pau-brasil como matéria-prima, monopólio da coroa portuguesa e zona onde havia em abundância. Mostra a importância do trabalho do indígena.

Denuncia, sob a sigla “intrusos agem em nosso litoral”, a concorrência dos piratas franceses. Finda com exercício.

5. — *O Rei cria as Capitâneas.*

É a forma de abordagem proposta pelos autores. Mostrando que a coleta do pau-brasil foi de duração efêmera e não fixou o homem ao solo. Findo este período, é iniciada a cultura canavieira, através da experiência realizada nas ilhas de São Tomé e Madeira. Mostra ainda os deveres e obrigações dos donatários. Termina o capítulo dando idêa ao educando da situação econômica de Portugal deixada por D. Manoel.

6. — *O Índigena Brasileiro.*

Falam-nos dele através da documental “carta” e dá interpretação a mesma e lança a questão: “De onde teria indo os indígenas?” Segue apresentando as hipóteses. Dá enfoque da vida do nosso indígena — moradia, trabalho e alimentação, casamento e educação, a guerra, religião e os primeiros contactos entre indígenas e brancos. Finda o capítulo com exercício.

7. — *O Povoamento do Litoral.*

Apresenta o govêrno geral, o problema da substituição lenta do açúcar em lugar do pau-brasil, a implantação da agricultura e mão-de-obra. Focaliza os três governos gerais, a união ibérica e as invasões holandesas. A êsse respeito apresenta uma “linha do tempo” de 1600 a 1680, a qual o estudante compreende com facilidade tais movimentos. É mostrado o declínio da economia açucareira e o início da mineração. Através de “leitura complementar” — Os escravos e A Guerra dos Mascates motiva o instruendo aos exercícios de “estudo dirigido”.

8. — *O Povoamento do Interior.*

Para entrar no estudo do Bandeirismo, explica a anulação virtual do Tratado de Tordesilhas, o ciclo do gado e o povoamento do sertão nordestino. Estuda o povoamento do sul e a importância dos tropeiros como elemento avançado na abertura de novos caminhos.

Dá idêia da importância do bandeirante para a vila nascente de São Paulo e o seu desenvolvimento para o sertão, atingindo a mineração e a corrida para as minas. Narra a guerra dos Emboabas, mostrando a posição da Corôa em relação ao “quinto”.

Coloca de forma bem inteligente a sociedade das Minas, o surgimento das letras e das artes, seus artistas, especialmente os mulatos.

Após o estudo da ocupação do litoral e hinterland, mostra o interêsse da ocupação da Amazônia, forçado pelos piratas e auxiliado pelos religiosos. A chegada dos colonos propicia a implantação das Companhias de Comércio e a rebelião de Beckman.

O papel de Pombal é ressaltado e através de uma “linha do tempo” e mapas esclarecem os Tratados de Madrid e Santo Ildefonso.

Termina o capítulo com leitura complementar “Os limites do Brasil” e exercício.

9. — *Brasil: Meados do século XVIII — início do século XIX.*

As regiões brasileiras: cidades e riquezas.

No capítulo é apreciado o desenvolvimento dos centros urbanos no litoral e interior que surgiram face à exploração do ouro. A agricultura do Norte e Nordeste, que era unicamente canvieira, com a criação das Companhias de Comércio, foi motivado o plantio de tabaco, algodão, arroz, anil, especialmente para a exportação. No quadro das minas vemos problemas ligados a diminuição do ouro, que não mais atingia o “quinto”, provocando a “derrama” e suas conseqüências.

No Sul, a cidade de São Paulo crescia vagarosamente e no Rio Grande do Sul já era importante a criação do gado.

A partir de 1763, a capital fôra transferida para o Rio de Janeiro, atingindo no fim do século a cifra de 40 mil habitantes, ou seja quadruplicando a população existente no seu início.

O Rio de Janeiro refletia o que ia pelo Brasil: progresso no Norte, Nordeste, Centro e Sul; reerguimento da agricultura colonial, aumento de população, crescimento das cidades. Os brasileiros das Minas iam completar seus estudos na Europa, na volta empenhavam-se alguns dêles em concretizar velho sonho de tornar o Brasil independente. Assim vemos rebelião em Minas Gerais e Bahia. Finaliza o capítulo com exercício.

10. — *O Brasil hospeda a Côrte.*

Descreve uma Europa em guerra, Napoleão vencendo em tôdas frentes e a situação difícil de Portugal. A viagem penosa da Família Real, a chegada e os primeiros atos de D. João, são descritos de forma fácil de compreender. Dá especial tratamento aos Tratados de 1810, bem como a vinda de artistas e cientistas europeus em 1816.

Muito boa está a explicação das elevação do Brasil à categoria de Reino Unido, do Congresso de Viena, as lutas em Pernambuco pela independência e a Revolução do Pôrto.

Finda a obra com uma “linha do tempo” desde 1750 até 1821, leitura complementar. “A política externa de D. João VI” e exercício.

Obra bem orientada para o fim que se destina, repleta de informes e acompanhada do opúsculo “Manual do Professor”, que facilita bastante o “ensino dirigido”.

JOSUÉ CALLANDER DOS REIS

\*

\*      \*

BANDECCHI (Pedro Brasil). — *Notícia e justificação do título e boa fé com que se obrou a nova Colônia do Sacramento, nas terras da Capitania de São Vicente, nas margens do Rio da Prata*. Separata da “Revista do Arquivo Municipal”: vol. 181. São Paulo.

Com êste título, publicou-se em Lisboa em 1681 “com as licenças necessárias”, importante opúsculo sôbre a Colônia do Sacramento, que o Professor Brasil Bandecchi, sabendo de sua raridade, teve a feliz iniciativa de publicar na íntegra, na *Revista do Arquivo Municipal*, de São Paulo. “Apresenta-se o trabalho — lembra Bandecchi — como a primeira justificação dos direitos da Corôa Portuguesa no que se refere à Nova Colônia do Sacramento”. E adiante: “O que se nota na *Justificação* é a preocupação em tornar bem evidente a posse continuada e na qual desponta a semente da aplicação do *Uti Possidetis*, instituto romano de Direito Civil num ajuste de Direito Público, que germinaria no futuro Tratado de Madri”. Bastaria esta observação para mostrar o interêsse do importante códice, que pertenceu ao Dr. Alberto Lamago e hoje encontra-se incorporado à biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

\*

\*      \*

DIAS (Manuel Nunes). — *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, 1775-1778*. Coleção da “Revista de História” XXXVII. São Paulo. 1971.

Temos o privilégio e a grata satisfação de assinar, para esta breve resenha, a propósito de uma das mais importantes contribuições à historiografia brasileira, da lavra do eminente Prof. Dr. Manuel Nunes Dias, Titular de História da América, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. (*A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, 1775-1778*, Col. da “Revista de História”, XXXVII, São Paulo, 1971). Trata-se de um dos êxitos contínuos, que vêm pontilhando uma das mais brilhantes carreiras universitárias de docente e pesquisador, na mencionada Universidade.

Com efeito, desde a sua tese inicial, intitulada *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549)*, com que se doutorou em 1957, a sua trajetória intelectual assinala uma fase nova do Departamento de História da Faculdade a que êle pertence, fase marcada pelo aparecimento de sucessivas monografias, dêste e de outros autores, apoiadas em cuidadosas e extensas pesquisas arquivais, na trilha aberta pelo pioneirismo de Nunes Dias.

As obras do ilustre historiador são mais do que simples teses elaboradas para o preenchimento das exigências regulamentares a que se obrigam os candidatos ao *cursus honorum* da Universidade. São realmente subsídios de alto teor científico, para a bibliografia especializada, no campo da História Moderna da Europa, da América e do Brasil, caso da obra em apreço. E se distinguem, reiteramos, pela utilização da vasta documentação manuscrita em que se esteiam e que foi exaustivamente buscada em arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Venezuela. A essa considerável massa documental, somou o Autor bibliografias tão volumosas, quão selecionadas e, mais que isso, empregou todo êsse precioso material com o espírito crítico, a lucidez, a probidade intelectual, a originalidade interpretativa, que configuram o seu estilo pessoal de historiador, já coroado por um renome internacional mais que merecido.

Uma das novidades, no presente estudo, reside em ter o Autor considerado a Companhia Geral como instrumento de colonização e de fomento econômico, isto é, como organismo capaz de criar ou robustecer focos de vida humana, de produção e de progresso geral. Alarga-se, pois, a estreita perspectiva dentro da qual habitualmente se encaravam as Companhias de Comércio, a saber: simples agentes do mercantilismo colonial, no aspecto negativo e antipático do monopólio mercantil, fonte de reclamações e de revoltas, como a “Viradeira”. Numa posição equidistante, entre denegridores e panegiristas, empreendeu ele o levantamento objetivo dos acertos e dos erros da Companhia, buscando restaurar sua verdadeira história.

Esta, porém, não é a única originalidade do Autor que, por outro lado, elegeu a mais ampla perspectiva histórica, como quadro conjuntural da sua problemática. Reiterando a larga concepção, que é uma constante em obras suas, relacionadas com o colonialismo português, o Autor situou os problemas que dilucida no contexto da economia atlântica luso-brasileira, como informa em sua Introdução (p. 19). Partindo, assim, da conjuntura da segunda metade do século XVIII, a época do “mercantilismo ilustrado” — para repetir um conceito do próprio Nunes Dias — insere êle sua reconstituição histórica, na quadra em que foi gizada a política do Marquês de Pombal, espírito dos mais representativos do reformismo setecentista, formado à luz do nôvo pensamento político e econômico do Despotismo Esclarecido. Extremamente fértil essa posição metodológica de enquadrar em conjunturas, “na trama da vida de seu tempo”, diz o Autor (p. 22), os fatos cuja compreensão se busca. Uma história de correlações, em vez da crônica dos acontecimentos isolados.

Notável igualmente a riqueza de informações que, entre outros exemplos, se patentia no minucioso e paciente inventário da frota da Companhia e no exame do funcionamento da mesma, como veículo do tráfico ultramarino; aspecto praticamente ausente, nos termos em que o abordou Nunes Dias, em obras dos que o precederam, ao estudar êsse organismo comercial. E, traço ainda mais original, o tratamento estatístico do material de natureza econômica, a feitura de tabelas, gráficos e outros subsídios, elaborados pelos mais seguros métodos da história quantitativa, em que o Autor se tornou um perito especialista.

Fixadas com mão segura e visão clara as características da variante portuguesa do mercantilismo: um mercantilismo promotor da colonização agrária, que vinha dos tempos inaugurais, mas refletia-se ainda no sistema de exploração econômica fomentado pelas Companhias do século XVIII. O tráfico — sublinha o Autor — assentava na “grande produção de artigos tropicais mercantilizáveis” (p. 23). E nessa comercialização de produtos da terra, a metrópole portuguesa era intermediária entre as praças européias e os mercados ultramarinos. Lisboa era encruzilhada e charneira entre os dois mundos econômicos. Daí, ser a política da Companhia uma política mais de transportes que de fixação. Política que se renovou e se ampliou com as empresas monopolistas do século XVIII, responsáveis pelo sistema de exploração ultramarina, cujo volumoso tráfico, que envolvia grandes interesses nacionais e estrangeiros, ensejou a Portugal manter sua neutralidade ao longo do conflito anglo-francês, naquela centúria, conforme sustenta o Autor (p. 23).

Há quem veja nas Companhias um atraso da política colonial portuguesa, em relação ao mercantilismo espanhol, na fase das reformas de Carlos III. Diversa é a abordagem do Autor, que explica o aparecimento das Companhias, como o expediente de que se valeu o governo português, para suprir a escassez de meios do Tesouro régio. Essas empresas monopolistas vinham mobilizar os recursos financeiros imprescindíveis à exploração dos domínios coloniais, que a Corôa não estava em condições de explorar diretamente. Cessão do monopólio régio, que se praticou desde os primórdios da colonização.

Não menos rica de significado é a idéia, segundo a qual o despotismo político e a economia estatal, ou seja a onipotência do Estado e as Companhias monopolistas são fatos solidários, que se explicam mutuamente, cooperando intimamente as duas instituições na renovação do mercantilismo português.

Estudada a estrutura jurídica da Companhia, a sua armadura administrativa, o Autor entrou a considerar os objetivos da empresa, o seu decisivo impulso às atividades produtivas, o que concorreu para modificar os quadros de uma acanhada economia quase só de subsistência, transformando-a numa economia de produções exportáveis em larga escala (arroz, algodão, cacau, café, “drogas do sertão”, tabaco, açúcar, couros), que mudou a fisionomia sócio-econômica da Amazônia e

do Maranhão. E analisou miudamente o giro mercantil da Companhia, a sua frota em ação, as cargas transportadas, os balanços da empresa, para passar em seguida à sua política colonizadora, que não se limitou à defesa do patrimônio da Corôa, mas à efetiva apropriação da terra e humanização da sua paisagem. Em suma, do estudo institucional à dinâmica da Companhia em ação, até a extinção da mesma, sem prender-se ao aspecto da discussão em torno da validade ou da inutilidade das Companhias de Comércio, preferindo o Autor deter-se no terreno mais fecundo da “apuração e interpretação de dados concretos” (p. 27), em termos de história econômica.

Era natural que da construção e interpretação de um quadro histórico tão grandioso, como o que traçou, chegasse o Autor à formulação das relevantes consequências com que encerra a sua obra, tendo sempre em mira o alto escopo da explicação científica. E neste fecho se reafirma a riqueza de idéias do Autor, das quais realçamos as seguintes.

Primeiramente, lembra que para a Corôa foi permanente o problema de defender o seu patrimônio; e no caso das Capitanias do Alto-Norte, a ocupação da terra se baseara na mofina economia de exploração das riquezas florestais, de escassa atividade agrária, com aproveitamento da mão-de-obra indígena, em regime de escravidão. A presença dos jesuítas dificultava a ação dos colonos, mas também constituía fator de colonização.

Muda a feição desse quadro desde 1751, sob o consulado de Pombal e o governo de Mendonça Furtado, na Amazônia; entrava-se na era de fomento da agricultura comercial. A introdução da mão-de-obra negra, a liberdade dos índios e a expulsão dos jesuítas eram medidas concordantes no contexto da administração pombalina. E ao lado das atividades econômicas já esmiuçadas, no corpo do livro, salientam-se outros aspectos da ação da Companhia, no tocante à defesa militar das áreas geo-econômicas do Norte, com que a entidade se mostrou capaz de ação política supletiva, complementando a ação da Corôa. A Companhia não somente valorizava a economia da imensa região e a internacionalizava, entroncando-a na dos mercados exteriores, mas também operava para que as Capitanias setentrionais se mantivessem incorporadas ao Brasil, como partes indivisíveis do patrimônio metropolitano e se capacitassem para uma existência mais próspera.

A uma obra que assim propõe problemática tão rica de conteúdo historiográfico, elaborada com rigor científico tão sólido e assente em documentação tão ampla e variada, cabem certamente as encomiásticas referências do seu prefaciador, o ilustre historiador patricio Arthur César Ferreira Reis (p. 12), que aliás também enriqueceu a bibliografia histórica da Amazônia, com inestimáveis monografias, a propósito da colonização portuguesa naquela região. E não há dúvida de que esse “ensaio de exemplificação concreta”, conforme o denominou o próprio Nunes Dias, será como êle almeja um poderoso estímulo a novas investiga-

ções; para melhor conhecimento do fomento ultramarino português, no século XVIII.

E não hesitamos em proclamar que esta excelente reconstituição representa valioso subsídio para o conhecimento não só histórico mas também geo-econômico do mundo amazônico, e sugere ter sido a política fomentista da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão como um antecedente do plano colonizador de nossos dias, dentro da corajosa política governamental de integração daquela área brasileira de dimensões quase continentais.

RAUL DE ANDRADA E SILVA

\*

\* \*

BIRKHOLZ (Andreas). — *Österreich und Brasilien 1816-1831*. Augsburg, 1970.

No ano em que o Brasil comemora o sesquicentenário de sua Independência, impõe-se, entre tantas tarefas, o levantamento de toda a bibliografia e documentação existentes a respeito do assunto, seja no próprio país, como no exterior.

Foi com esse pensamento que surgiu a presente notícia e resenha bibliográfica. A obra supra-citada é uma dissertação para a obtenção do grau de Doutor na Faculdade de Filosofia da Universidade Ludwig-Maximilian (Munique, Alemanha). Tendo apresentado seu trabalho perante a banca em dezembro de 1969, já no ano seguinte era ele publicado em livro de 341 páginas, cuja tradução seria um inestimável serviço prestado aos que se dedicam, se interessam e estudam a História do Brasil.

No prefácio lê-se — traduzindo ao pé da letra — “o presente trabalho sobre as relações entre Áustria e Brasil no início do século XIX, surgiu do desejo de com isso contribuir para proporcionar conhecimentos sobre uma parte do Novo Mundo, cuja existência no espaço de fala alemã é tão pouco conhecida”.

A obra — resultado de pesquisa bibliográfica e de pesquisa em arquivos de Viena, Rio de Janeiro e Petrópolis — está dividida em nove partes, além da Introdução e das Fontes e Indicação Bibliográfica.

Na primeira parte é abordada a tão conhecida e discutida dependência portuguesa em relação à Inglaterra. Como a preocupação com as relações anglo-portuguesas e anglo-brasileiras, ofusca as relações com outras nações, o interesse pela presente monografia é justificado.

Na segunda parte é focado o início dos laços de família entre Habsburgos e Braganças. Os esforços feitos pela Casa reinante de Bragança para, através do



casamento do herdeiro, estabelecer laços de família com uma dinastia de importância, são vistos como um contrapeso à posição absorvente da Inglaterra e como um meio para devolver à dinastia portuguesa um certo brilho, brilho êsse apagado pela “fuga” de D. João diante da ameaça napoleônica.

Na terceira parte é mostrado como a Áustria se enfronta nos problemas da política luso-brasileira, especialmente no caso da Banda Oriental e na questão da volta de D. João a Portugal.

Na quarta parte trata o autor dos anos de 1821 a 1822, abrangendo a regência de D. Pedro até a proclamação da Independência e a sua aclamação como Imperador. Vê-se o juízo austríaco sobre a situação política do Brasil, as consequências do “Fico”, o início das atividades da política externa do Brasil.

Na quinta parte são estudadas as negociações feitas durante os anos de 1823, 1824 e 1825 no sentido do reconhecimento da Independência, sempre enfatizando a atitude da Áustria diante do problema. A figura de Metternich é posta em destaque, como aliás na obra toda.

Na sexta parte é feito um resumo sobre a posição de Viena diante dos problemas brasileiros após o retorno de D. João.

Na sétima parte — que é a mais extensa — são vistas as relações austríaco-brasileiras entre 1826 a 1831, com ênfase no problema da sucessão ao trono português.

Na oitava parte, outro resumo desta vez sobre a posição de Viena diante dos problemas dos anos 1826 a 1831.

Na nona parte, que também é a última, são analisadas em conjunto as relações entre Viena e a Côrte do Rio de Janeiro, desde 1816 a 1831.

O autor mostra no seu livro que, se de início — 1816 — os interesses econômicos de Viena no Brasil eram ainda pequenos para justificar a intensificação das relações entre Áustria e Brasil, foram os laços de família entre Habsburgos e Braganças, pelo casamento da arquiduquesa Leopoldina com o príncipe herdeiro D. Pedro, os responsáveis pela participação austríaca nos problemas políticos do Reino do Brasil.

Principalmente depois da Independência do Brasil procurou o gabinete de Viena desempenhar junto a D. Pedro o papel de mestre nas questões de organização política, de forma de Estado, mais precisamente, nas posições políticas do monarca dentro do seu governo (*versuchte das Kabinett in Wien, Dom Pedro gegenüber in den Fragen der Staatsform, d.h. der politischen Stellung des Monarchen in seiner Regierung, die Rolle des Lehrmeisters zu spielen*).

O representante austríaco — Maréchal — recebeu instruções e as seguiu inflexivelmente no sentido de convencer o Imperador Brasileiro da “absoluta necessidade” de manter os princípios monárquicos em seu Reino, princípios monárquicos aqui entendidos como os do sistema de governo austríaco, ou seja, conservadores e não liberais.

Aliás as atitudes liberais de D. Pedro — sobretudo a outorga da Carta a Portugal, após a morte de D. João — foram motivos de inquietude e mesmo de ira por parte da Côrte vienense. Elas fizeram com que as relações austríaco-brasileiras, durante o período de governo de D. Pedro, fôsem muitas vêzes tensas. A outorga da Carta era vista como possibilitando o renascer das Revoluções Ibéricas e se temia, não sem razão, um contágio para o lado da Itália.

A sustentação de D. Miguel por parte de governos europeus, se justificava porque o infante era visto como um instrumento para livrá-los do “perigo do incêndio liberal”. Especificamente para a Áustria, o problema era de um lado sustentar os direitos da neta do Imperador Francisco e com isto correr o risco de defender idéias liberais e de outro lado, apoiar o irmão de D. Pedro.

O embaixador brasileiro em Viena estava convencido que sòmente por sua posição radicalmente contrária a formas de governo liberais, que a Côrte austríaca não agira mais enérgicamente contra a atitude de D. Miguel e que o Imperador estava disposto a defender dentro de suas possibilidades — desde que mantida a *base immutable* da política austríaca — os direitos de sua neta. Daí o empêno em achar um denominador comum, uma forma de entendimento entre D. Pedro e D. Miguel.

Segundo o autor, Metternich também viu na solução da questão portuguesa — sucessão do trono — uma possibilidade de valorização política para a Áustria que, depois do Congresso de Viena, vinha perdendo cada vez mais terreno na política externa e que devido a lenta e silenciosa decomposição da Santa Aliança e aos interesses divergentes no leste europeu, caíra no isolamento. Assim, sucessos na política portuguesa pesariam — ao menos era isso que se esperava — nas negociações em tórno do conflito greco-turco.

Ainda é posto em relêvo a relação entre a participação austríaca na procura de uma nova espósa para D. Pedro — e com isso a possibilidade da Áustria influir nas decisões políticas de D. Pedro, o que depois da morte de D. Leopoldina tornara-se difícil — e a disposição do Imperador do Brasil de nomear seu irmão como regente em Lisboa.

A abdicação de D. Pedro não podia ser indiferente à Áustria. Preocupou-se o Imperador Francisco com o bem-estar de seus netos o que explica a manutenção das relações com o Brasil. Aliás essa preocupação, é o motivo do empêno do representante austríaco — Daiser — em manter boas relações com o nôvo governo

brasileiro, a fim de facilitar seu acesso a São Cristovão. Para êle, D. Pedro abandonara seus filhos e com isso perdera seus direitos sôbre êles. Assim, a legação austríaca se sentia responsável pela segurança das crianças e pedia “uma fragata que poderia num caso de perigo desembarcar 150 a 200 homens com 2 peças de artilharia”.

Mas Metternich não estava apenas pensando nos netos do seu soberano; o retôrno de D. Pedro à Europa poderia ser o prenúncio de complicações em Portugal e Espanha e com isto em tôda Europa. Temia exatamente o que aconteceu — D. Pedro dedicando-se com tôda sua energia na defesa dos interesses de sua filha em Portugal.

Com a morte de D. Pedro em 1834 — desfazendo a possibilidade de seu retôrno ao Brasil — e no ano seguinte com o falecimento do Imperador Francisco, desapareceram — definitivamente para o autor — as chances para uma reintensificação das relações entre Brasil e Áustria.

E ao terminar seu estudo sôbre as relações entre a Áustria e a Côrte Brasileira durante os anos de 1816 a 1831, diz o autor: “depois de um decênio e meio o país tornou a entrar na penumbra exótico”.

HELGA I. L. PICCOLO

\*

\*     \*

SAUVIGNY (Guillaume de Bertier de). — *Metternich et la France après le Congrès de Vienne. Tome III. Au temps de Charles X — 1824-1830*. Paris. Presses Continentales. Publié avec le concours du Centre National de la Recherche Scientifique. 1971. pp. 920-1426.

Êste é o terceiro e último tomo de uma obra da qual a crítica histórica, por unanimidade, sublinhou a sua excepcional originalidade. O Autor, com efeito, utilizou quase que exclusivamente documentos até agora inéditos, o que lhe permitiu trazer novas contribuições para o bom entendimento de uma época e dos acontecimentos que se acreditavam bem conhecidos. Quem sabia, por exemplo, que Metternich esteve em Paris na primavera de 1825 e que aí permaneceu por mais de um mês?

A bibliografia e os índices que abrangem o conjunto dos três volumes fazem dêste terceiro e último um complemento indispensável para aquêles que já possuem os dois outros.

Lembramos que a obra, no seu conjunto, permanecerá como uma contribuição, das mais significativas, da historiografia contemporânea sôbre três assuntos

de interesse permanente: a diplomacia européia de 1815 a 1830, a política interna da França de Luís XVIII e Carlos X, e a própria personalidade de Metternich.

Devemos acrescentar ainda, para orientar os nossos leitores, que os dois primeiros volumes foram publicados pela Livraria Hachette e este o é pela Editôra Presses Continentales (40, rue du Cherche-Midi, Paris 6°).

E. S. P.

\*

\* \*

BETHELL (Leslie). — *The Abolition of the Brazilian Slave Trade: Britain, Brazil and the Slave Trade Questions, 1807/1869*. Cambridge, 1970. 425 pp.

A história da supressão do tráfico negreiro internacional tem sido objeto de atenção de numerosos autores em proveitosos trabalhos pioneiros. A obra de Bethell é um detalhado estudo de importante aspecto do assunto: a luta pela extinção do tráfico de escravos para o Brasil. Examina o problema a partir do momento em que, depois de lenta e amarga luta, dentro e fora do Parlamento é o comércio de escravos declarado ilegal pelos súditos ingleses (1807), e a Inglaterra passa a pressionar os países que o mantêm, no sentido de seguir-lhe os passos. No decorrer do trabalho, procura o autor responder a três questões básicas: 1. — Como chegou a ser declarado ilegal no Brasil o tráfico de escravos, um dos maiores pilares da economia do país? (capítulos 1 e 2); 2. — Por que, tendo êle sido declarado ilegal, foi impossível suprimi-lo por mais de vinte anos? (capítulos 3 a 10); 3. — Como foi finalmente abolido? (capítulos 11 a 13). Mapas, abreviações das fontes utilizadas, apêndice com estimativas sôbre a importação de escravos para o Brasil no período de 1831 a 1855, exaustiva bibliografia e índice remissivo completam êste importante estudo, que pode ainda ser caracterizado como minuciosa análise das relações anglo-brasileiras, dominadas e prejudicadas pela questão do tráfico escravo durante não só os trinta anos posteriores à independência do Brasil, como, na verdade, longo tempo após o comércio negreiro ter sido suprimido.

SUELY ROBLES REIS DE QUEIROZ

\*

\* \*

HOLLANDA (Sérgio Buarque de). — Coleção Sérgio Buarque de Holanda. *História do Brasil*. 2 — *Da Independência aos nossos dias. Curso Moderno*. Formato 19 x 28. — Cartonado plástico. Companhia Editôra Nacional. São Paulo, 1972. 151 páginas, 268 ilustrações e fotografias, 62 interpretações de texto, 5 tabelas cronológicas.

Felizmente já está ao alcance de todos nós, o 2º volume da História do Brasil, do Prof. Sérgio Buarque de Hollanda, assessorado pelos professores da Universidade de São Paulo: Carla de Queiroz, Sylvia Barbosa Ferraz, Virgílio Noya Pinto e Laima Mesgravis, obra didática destinada à 6a. série do Primeiro Grau (antiga 2a. Série ginásial), abordando *Da Independência aos nossos dias*.

Na primeira guarda, retrata a Proclamação da Independência (pintura de 1844, de François René Moreaux), bem pouco conhecida dos brasileiros, embora criticada por alguns (\*) é de interesse para compararmos a obra de Pedro Américo. Na segunda guarda Brasília — Esplanada dos Ministérios e Praça dos 3 Poderes.

A obra é dividida em sete partes:

I — *O Primeiro Reinado e a Regência: 1823-1840.*

A política de Dom Pedro é abordada através do *Decreto de Dissolução da Assembléa Constituinte*. Ilustrado por Walsh e Bertichen. Explica do nível do instruendo a Confederação do Equador e a independência da Cisplatina, com gráficos, organogramas e textos da época. Assim, segue à abolição de Dom Pedro, o Período Regencial e os Movimentos revolucionários após a mesma. Extra de forma, despertando paulativamente o interesse, preparando para mostrar a economia, quer no primeiro Reinado, quer na Regência. Seguido de Resumo e rico vocabulário. Mostram também as "*Contribuições da Colonização Alemã no Brasil*". E Panorama Cultural e o Brasil inserido nele. Finaliza com a atualidade e Tabela cronológica, comparando a História do Brasil com a Geral e Panorama Cultural.

II. — *O Segundo Reinado: 1840-1889.*

Mostra como o Segundo Reinado foi um período muito importante para o Brasil. Trouxe a ruptura definitiva de velhos laços coloniais, e nossa afirmação política e econômica no cenário mundial.

Dá idéia da nossa organização e administração e a forma pela qual deu-se a Pacificação das Províncias. Tudo isto documentado com organogramas, textos e gráficos.

---

(\*). — MAGALHÃES Júnior (R.), in artigo "A História do Brasil na pintura", pág. 44-an: O Cruzeiro, 4º Centenário do Rio de Janeiro: "Meu Deus que fazem essas crianças no meio de tantos cavaleiros?" Tal pergunta deve ter sido feita muitas vezes, diante da tela, hoje no Museu Imperial. Ele misturou cavaleiros, peões, damas, meninos. D. Pedro ao centro, dá o grito de Independência ou Morte. Pedro Américo refez melhor o tema, visitando primeiro o local, além disso estudou os documentos que, entre outras coisas, provam que D. Pedro I montava uma égua tordilha e não um cavalo, como está na estátua equestre do Rio de Janeiro.

É muito bem enfocado a questão dos conflitos externos desde a campanha contra Oribe até a Questão Christie e as desculpas oficiais apresentadas por Edward Thornton a D. Pedro I.

As campanhas pela abolição da escravatura são tratadas com especial carinho desde o aparecimento do Correio Brasileiro em 1809, de Hipólito da Costa, passando por tôdas as leis, gravuras de Rugendas, versos de Castro Alves, finalmente, o *fac-simile* da Lei Áurea.

### III. — *A República.*

O prof. Sérgio Buarque de Hollanda e sua equipe mostram que os ideais republicanos haviam nascido no final do século XVIII. Enfocam na *Questão Religiosa*, o problema da Maçonaria, bem como o poder da Igreja, subordinada ao Poder Civil. É mostrado também a Questão Militar e a proclamação da República, através do Manifesto assinado pelo Visconde de Pelotas e Deodoro, bem como o Manifesto Republicano de 3-12-1870.

Sob a sigla Economia e Desenvolvimento, é feito um estudo retrospectivo a partir de 1850, passando pelo algodão, fumo, cacau, borracha, subordinado à mão-de-obra escrava, posterior e paulatinamente substituída pela mão-de-obra assalariada, obtida com a imigração de colonos estrangeiros. Todos êsses produtos ilustrados por *Champney, Agassiz, Sisson, Bertichen.*

Segue-se um Resumo dos assuntos tratados no tópico, vocabulário, as *contribuições da colonização italiana no Brasil.*

No Panorama Cultural, mostrando que na segunda metade do século XIX aceleram-se as descobertas científicas, que influenciaram a literatura de ficção. Explodiu a poesia, o teatro a filosofia. Na pintura apareceu *Monet, Manet, Renoir, Degas* etc.. Reflexos daquele progresso no Brasil em todos os ramos do conhecimento humano, enfim a *Belle Epoque.*

Como no capítulo anterior, há uma parte em que a geografia ajuda a explicar a História, dando especial atenção ao comércio externo e interno, e finaliza com uma Tabela Cronológica, que permite ao estudante visualizar panoramicamente o Brasil no Mundo.

### IV. — *A República Velha: 1889-1930.*

Cognominou-se República Velha ao período de nossa História que vai de 1889 até 1930.

O autor a divide em 2 fases. Na primeira, de 1889 a 1898, foram dadas novas e importantes leis ao país, permitindo, apesar de agitações contínuas, que o regime

republicano se firmasse e fôsse mantida a unidade brasileira. Na segunda fase, de 1898 a 1930, estando já assegurado o sistema republicano de govêrno, pôde ser completado o sistema de leis com a promulgação do Código Civil Brasileiro em 1916.

No organograma da Administração o instruendo pode comparar a República ao Império e tirar suas próprias conclusões. É mostrado através de textos, artigos da constituição de 1891.

Ilustram ainda o capítulo fotos e desenhos da Revolução Federalista e da Revolta da Armada.

Na parte da Política externa, as Questões de limites são inteligentemente tratadas desde 1895 (Palmas) até 1904 (Pirara).

Finaliza com a participação do Brasil na I Guerra Mundial e a aliança entre os povos americanos.

É tratado de forma muito acurada o problema da economia e desenvolvimento, enfocando, o café no Sul e a borracha no norte e suas crises, bem como as nossas ferrovias, indústrias e o ensino em nosso país.

Termina o capítulo com um resumo e um vocabulário, com as contribuições da colonização japonesa no Brasil.

O panorama cultural é ilustrado por fotos de obras de *Le Corbusier*, *Vangogh*, *Toulouse-Lautrec*, *Gauguin*, etc., e seus reflexos na cultura brasileira, tanto nas artes plásticas, como na literatura.

Enfoca muito bem a Semana de Arte Moderna de 1922, lembrando *Tarsila Amaral*, *Anita Mafalti*, *Di Cavalcanti* etc..

Indica ainda a forma pela qual a Geografia ajuda a explicar a História e fornece a tabela Cronológica, comparando nossa história dentro da geral.

#### V. — *A Segunda República: 1930-1945.*

Como sub-título Sérgio Buarque de Hollanda a chama “Epôca de Vargas” e a divide em três fases: 1930 a 1934 — Govêrno Provisório; 1934 a 1937 — em que Vargas governou como presidente eleito pela Assembléia Constituinte; de 1937 a 1945, quando foi instalado o Estado Nôvo.

Fala da Revolução Constitucionalista, criação de territórios, Intentona Integralista, cangaço e II Guerra Mundial e o fim da época em 29-10-1945, com o término do Estado Nôvo.

Consigna ainda a nossa política externa e enfoca a Economia e Desenvolvimento.

Como nos capítulos anteriores, indica a Cultura brasileira dentro do Panorama Cultural, vocabulário, causa das migrações, apresentada através da Geografia ajudando a explicar a História, e por fim, Tabela Cronológica.

VI. — *A República Nova: 1946 — nossos dias.*

Inicia o capítulo com a deposição de Vargas, um organograma da administração, listagem dos Presidentes da República, desde Eurico Gaspar Dutra e o atual, General Emílio Garrastazu Médici.

Na parte *Economia e Desenvolvimento*, enfoca a produção de veículos, número de alunos matriculados, produção de aço, de cimento, através de gráficos demonstrativos.

No setor de transportes, dá realce à rodovia Belem-Brasília, Transamazônica, e a Cuiabá-Santarém, cujo objetivo é promover o desenvolvimento de várias áreas pouco habitadas, levando-as a participar do desenvolvimento geral do país, tendo antes falado de oleoduto, Usinas hidroelétricas, fábrica de ônibus, caminhões e estaleiros.

Mostra e enfoca num resumo do capítulo: vocabulário, Brasília, a importância do petróleo e, no fim, uma tabela cronológica.

VII. — *A vida no Brasil Independente.*

Mostra-nos o Rio de Janeiro, como Capital do Brasil e centro da vida política econômica e social, com desenhos de *Agostini*, *Chamberlain*, etc., retratando o Rio de Janeiro de então.

Outras cidades, como São Luis do Maranhão, Belém do Para, Recife, são evidenciadas.

Em contraste com essas capitais da orla marítima, aparece São Paulo, desde o início do Império, pacato até 1920. No fim, um vocabulário.

VIII. — *O Folclore Brasileiro.*

O capítulo é iniciado com a lenda do Uirapurú e conta de forma resumida o nosso folclore originado das lendas indígenas.

Posteriormente faz o mesmo com o negro.

Lembra ainda as crenças e costumes introduzidos entre nós, pelos europeus.

O autor não esquece o folclore do Rio Grande do Sul, o Bumba-Meu-Boi, frevo, samba cateretê e finaliza com um vocabulário.



Muito importante mesmo são os dois cadernos, que completam a obra, um para o estudante — “caderno de trabalhos práticos”, onde encontra exercícios dos mais variados; o segundo, destinado a orientação metodológica do professor, indica a melhor forma do aproveitamento do livro texto.

*JOSUÉ CALLANDER DOS REIS*

\*

\*      \*

BARBOSA (Francisco de Assis) (organizado por). — *João Pinheiro: documentário sobre sua vida*. Belo-Horizonte. (Publicações do Arquivo Público Mineiro nº 1). 1966.

Embora não se trate de publicação recente, cremos de justiça registrá-la, pois só agora dela tivemos conhecimento, graças à gentileza do Dr. Moacyr Vallim de Freitas, o excelente amigo que possuímos em Coronel Fabriciano, no “vale do aço”, em Minas Gerais. Por seu intermédio, o Dr. João Gomes Teixeira, diretor do Arquivo Público Mineiro, nô-la ofertou. A importante instituição mineira tem uma bela fôlha de serviço não apenas à história de Minas Gerais, mas à historiografia brasileira duma maneira geral. Sua revista é uma das mais prestigiosas publicações de interesse histórico existentes no país. Como se não bastasse, inicia, agora, o Arquivo Público Mineiro uma nova série, de publicações avulsas, da qual o primeiro volume a vir à publicidade é este precioso documentário sobre o grande mineiro que foi João Pinheiro, nascido no Serro em 1860 e falecido em Belo Horizonte em 1908. Não chegou a completar 48 anos e a trajetória de sua vida vale por verdadeiro sulco luminoso na história republicana do Brasil. Eleito para a presidência de seu Estado em 1906, faleceu quando ainda faltava metade de seu mandato. O presente volume consta de um documentário sobre sua vida pública: manifestos, discursos, mensagens, entrevistas, tudo precedido de excelente estudo de Francisco de Assis Barbosa sobre “João Pinheiro e seu ideal republicano”. Sobre alguns traços de sua personalidade, assim se exprimiu o prefaciador do volume, depois de referir-se às suas preocupações, senão socialistas, pelo menos socializantes: “A tanto não chegaria João Pinheiro com o seu economismo, de fundo eminentemente conservador e pragmático. É que, sob o ponto de vista político, dentro das condições econômicas e sociais do Brasil do seu tempo, havia uma etapa a vencer, ainda não superada: a formação do capitalismo brasileiro, de que o líder mineiro se tornaria o mais autêntico porta-voz na hora em que o país aspirava por um progresso apenas entrevisto na miragem do encilhamento, nos primeiros anos do nôvo regime. A República havia prometido o progresso e não cumprira a promessa. E a luta pelo progresso tinha que ser feita, agora, sem arroubos de sonhador, embora que com alguma audácia e muita energia. Mas sem devaneios, nem aventuras. Nada de experiências visionárias. Nada de repetir os erros do passado. Um nôvo descalabro financeiro poderia significar epílogo funesto ao Quinze de No-

vembro. A República tinha que ser salva em bases sólidamente conservadoras. João Pinheiro, idealista prático, tinha os pés firmes na terra. É o que pretende demonstrar êste livro que reúne documentos de várias épocas da vida pública e particular do grande mineiro, desde o seu tempo de estudante na Academia de Direito de São Paulo até a presidência de Minas Gerais, onde a morte o surpreendeu, no momento em que as forças políticas se agrupavam em tôrno do seu nome para elevá-lo à presidência da República. O desaparecimento de João Pinheiro seria glosado na época como uma desgraça nacional. Ainda que ao historiador só caiba interpretar o fato histórico em si mesmo — o que foi e não o que deveria ter sido — estamos com Afonso Pena Júnior, fazendo nossas as belas palavras com que o ilustre mestre mineiro lamenta o vôo interrompido de João Pinheiro: “Quantas e quantas coisas teriam amanhecido mais cedo, e sob clima melhor, se os destinos nacionais tivessem estado em mãos de incomparável animador, daquele que se orgulhava das mais profundas raízes populares”.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

\*

\*      \*

DEAN (Warren). — *A Industrialização de São Paulo*. Coleção “Corpo e Alma do Brasil”. Difusão Européia do Livro e Editôra da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1971.

Com êste trabalho Warren Dean se propôs estudar o papel empresarial em São Paulo e o faz a partir da *geração* da indústria pelo comércio do café. Considera que os “súbitos progressos” nessa região nas décadas de 1880 e 1890 foram a causa da industrialização e o café

“proporcionou o movimento ‘ao longo de uma ampla frente’ que Gerschenkron acredita indispensável para que a industrialização se processe e para que sejam superadas as resistências inerentes às economias estagnadas” (1).

Acrescenta que o caso de São Paulo foi único na América Latina, uma vez que nem sempre um comércio de exportação animado conduz a uma empresa industrial de certa importância. Portanto, deve-se explicar não só essa unicidade como também observar o fato de que o surto de café foi se tornando cada vez menos importante para o crescimento da indústria. O tratamento de ambas as questões é feito do ponto de vista dos próprios industriais, cujas decisões aparecem como um fator causativo da industrialização — a perspectiva histórica, no caso, aparece como essencialmente socioológica e Dean observa, não esquecendo os aspectos macroeconômicos que

---

(1). — Warren Dean, pág. 15.

“por mais adequadas que se apresentem as circunstâncias para a industrialização, a decisão de destinar recursos a êsse propósito não será tomada enquanto as percepções e interesses da elite não estiverem favoravelmente empenhados” (2).

Êsse comportamento depende de sua composição e relações com os outros grupos sociais e nesse sentido o industrial “não é a causa não causada” e sim o representante de um nôvo grupo com o poder de reestruturar completamente a sociedade, o que

“talvez seja alguma coisa que nem ele mesmo é capaz de compreender” (3).

O papel empresarial é focalizado em três aspectos: inicialmente estudada as origens do empresário, no período que vai de 1880 a 1914; e aqui, basicamente, êle vê a importação como a “matriz econômica” do nascente empresário industrial, rejeitando a idéia de que pudesse haver desencôntro de interesses entre indústria nacional e atividade importadora, sendo que os primeiros industriais se originam tanto de uma “burguesia” imigrante, quanto rural, com ambas se fundindo — no caso, demonstra a ausência de antagonismos mais profundos, que Dean procurou, entre o nascente setor industrial e o cafeeiro.

Numa segunda parte, envolvendo os anos que vão de 1914 a 1930, examina o crescimento e a expansão da indústria em relação à

“circunstância histórica e a estrutura dos negócios” (4).

Abre aqui uma polémica bastante renovadora para o estudo e a pesquisa históricos ao colocar à prova a teoria de “crise” como fator propulsor da industrialização, em seus termos —

“compara-se particularmente o crescimento industrial com o crescimento do setor de exportação, a fim de por à prova a teoria de que a indústria cresceu porque o comércio exportador declinou” (5).

Percebe-se que tal abordagem lança dúvidas sôbre um modelo teórico de análise bastante difundido no tratamento da industrialização do Brasil (6) e que também encontra lugar em estudos teóricos que envolvem a dinâmica do sistema ca-

---

(2). — Warren Dean, pág. 22.

(3). — Warren Dean, pág. 22.

(4). — Warren Dean, pág. 21.

(5). — Warren Dean, pág. 21.

(6). — Werner Baer, *Industrialization and Economic Development in Brazil*.

Homewood, 111., 1965; R. Simonsen, *Evolução Industrial do Brasil*. São Paulo. 1939; Nícia Vilela Luz, *A Luta p la Industrialização do Brasil*. Difusão Européia do Livro. São Paulo. 1961; Fernando H. Cardoso, *A Estrutura da Indústria de São Paulo*, in “Educação e Ciências Sociais”. Fevereiro de 1960; Caio P. Jr., *História Econômica do Brasil*. Editora Brasiliense. São Paulo; Dean (pág. 108) faz severas críticas especificamente a Celso Furtado.

pitalista internacional. Preocupado em mostrar que a indústria se expandiu porque cresceu o comércio de exportação, Dean examina o papel da Primeira Guerra e a expansão posterior, de 1920 a 1940, apresentando sérias dúvidas sobre os dados utilizados, especialmente por Roberto Simonsen (7), nos estudos referentes ao crescimento industrial durante a Primeira Grande Guerra.

Na terceira parte de seu trabalho Dean examina o papel empresarial, como grupo que, tendo exigências próprias a fazer à sociedade, entra em conflito com outros setores econômicos, e é esse conflito que o interessa. Para isso, reexamina as relações do empresariado com os importadores, com o setor agrário e com a classe média — após o que, especificamente, entra no exame de seu comportamento em relação ao operariado e ao Estado. Nessa parte examina os anos que vão de 1930 a 1945, embora se estenda além, de uma forma rápida, com exame da intervenção estatal na reorganização do ambiente em que operavam comércio e indústria e na procura de soluções para a estagnação econômica.

Não é possível deixar de observar que a obra é bem mais rica do que as linhas acima deixam entrever, uma vez que o autor se preocupou, em cada capítulo, temas menores, colocando em questão numerosas teorias já aceitas. E se em sua primeira parte é difícil não aceitar seu estudo, na segunda ele faz uso de cálculos e exames que ainda irão exigir numerosas pesquisas e revisões; na terceira parte o autor utiliza conceituação e expectativas de comportamento para as quais não possui dados convincentes — é o que se pode inferir sobre seus estudos referentes à classe média, à Revolução de 1930 ou ao Estado Novo (8).

Seu estudo do empresário industrial é bastante importante e apresenta inovações em relação a outros, também numa perspectiva sociológica, feitos no Brasil. Luciano Martins (9), por exemplo, vê o processo de industrialização detonar-se em relação a causas exógenas, mudança “induzida” de fora, e isso seria importante para observar-se o comportamento do empresário; e na mudança de peso relativo de um sistema de produção por outro (primário-exportador e interno), as camadas que detinham o poder no primeiro modelo, já não o detém no segundo. Warren Dean viu o mesmo processo ocorrer em resposta a transformação internas, relacionado ao próprio café e constatou certa identidade de interesses entre as elites de ambos os setores econômicos, quando não uma união entre elas. Já Fernando H. Cardoso (10) em

---

(7). — Roberto Simonsen, *A Evolução Industrial do Brasil*.

(8). — Para que se possa examinar com mais cuidado o problema da Revolução de 1930 e mesmo da classe média, examine-se Bóris Fausto, *A Revolução de 1930*. Editora Brasiliense. São Paulo. 1970. O autor, por sinal, apoiou-se em Warren Dean quanto à análise do setor industrial.

(9). — Luciano Martins, *Formação do Empresariado Industrial*. In “Revista Civilização Brasileira”, nº 13. Rio de Janeiro. 1967.

(10). — Fernando H. Cardoso, *Os Setores Industriais no Processo de Desenvolvimento* in “Mudanças Sociais na América Latina”, Difusão Européia do Livro. São Paulo. 1969. Publicado anteriormente em S. M. Lipset e Aldo Solari (editores), *Elites in Latin America*. Oxford University Press. New York, 1967.

artigo citado pelo próprio Dean (11), criticou os estudos sôbre elite industrial a partir de uma “teoria geral das elites empresariais” (12), relacionada como exame dos EE.UU e Europa; observou que as diferenças estruturais e históricas redefinem as condições, formas e objetivos da ação dos empresários na América Latina e aí devem ser vistos seus limites, como grupo de pressão e participação política. Seu maior problema é encontrar, em sua origem, condições de produção e mercado já definidas, grupos sociais já organizados, o que traria uma politização das funções empresariais, uma vez que o empresário não deveria voltar-se apenas para a empresa, mas concomitantemente para a formulação e implantação de uma “política de desenvolvimento”. O exame de sua origem (empresário) envolvendo as condições sociais da mesma e do contexto mais amplo onde a própria economia se insere, não tem dado uma idéia de um empresário “progresista”, voltado para um projeto de “desenvolvimento”. Dean nada acrescentou com relação a isso e ao examinar-se o final de seu livro:

“Com a repetição da crise econômica em 1937 e a aproximação da guerra, não admira que o Estado parecesse melhor preparado do que os empresários para resolver o problema da estagnação e incentivar a rápida industrialização. Quando se verificou ser um erro a reaplicação da teoria de comércio liberal, depois da guerra, os controles foram reasumidos por um governo manifestamente relutante, que se viu também obrigado, por falta de outra alternativa, a chamar o capital estrangeiro nas condições por êle impostas. Até certo ponto, os industriais não apresentaram ao Brasil a solução para a sua crise econômica, senão a própria crise” (13).

Relembrando que o próprio autor destacou na obra que as soluções para o crescimento econômico eram procuradas por outros setores sociais, que não o empresarial, observa-se que Dean também tem em vista um certo tipo de empresário, esperando que êste se voltasse para o desenvolvimento como projeto social. Apesar de que, em vista das condições e especificidades históricas locais, os estudos do autor não o terem levado a encontrar esse empresário procurado, Warren Dean não deixa de criticar a ação empresarial em São Paulo, uma vez que não está totalmente desvinculado da idéia de um empresário visto com fator causativo do “desenvolvimento”, relacionado a um projeto social que esse mesmo empresário deveria dirigir.

CARLOS ALBERTO VESENTINI

\* \* \*

---

(11). — Warren Dean, pág. 21.

(12). — Fernando Henrique Cardoso, *Mudanças Sociais na América Latina*, artigo citado, pág. 83.

(13). — Warren Dean, pág. 254.

IANNI (Octávio). — *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*. Editôra Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1971. 186 pp.

Neste seu último livro o Prof. Octávio Ianni reúne uma série de oito ensaios publicados desde 1961 em diversas revistas especializadas do país e do exterior. Os diversos assuntos aqui abordados revelam, porém, uma preocupação comum e bem determinada: elucidar qual a correspondência entre o pensamento teórico e as condições de existência social ou, mais particularmente, em que medida — através da análise crítica das produções sociológicas — poder-se-iam desvendar as “relações de reciprocidade existente entre o pensamento científico e as configurações sociais de vida” (pág. 7).

Em dois trabalhos anteriores (*Sociologia da Sociologia e Sociologia e Dependência Científica*), o Autor examina os diversos métodos e teorias que têm orientado as investigações sociológicas no continente — inclusive fazendo um balanço dos objetivos teóricos e realizações das principais organizações de pesquisa (Cepal, Flacso, Unesco, Claps Ulpes etc.) bem como a natureza do intercâmbio existente com os centros “mais avançados” da Europa e Estados Unidos. Mostra como inúmeros dos “dilemas teóricos” com os quais a Sociologia Latino-Americana se defronta são equívocos e irrelevantes tal como, por exemplo, a concepção de que existiria uma oposição radical entre a “indução quantitativa” e “indução qualitativa”, ou ainda, entre o método monográfico e as interpretações globalizantes (no clássico maniqueísmo: ensaísmo versus Ciência). No cap. II demonstra que tais “impasses teóricos”, assim como muitos problemas e temas sobre os quais trabalham os cientistas sociais na América Latina, advêm precisamente das relações que se estabelecem com os centros de “maior prestígio” do exterior quando não são sugeridos pelos organismos financiadores das bolsas de pesquisa (Unesco, Oea, fundações norte-americanas etc.). Esse “efeito de demonstração” nas Ciências sociais fica plenamente elucidado no cap. III (“Estudo de comunidade e conhecimento científico”); com o estudo monográfico — a “expressão mais clara das influências dos estudos sociais desenvolvidos no Estados Unidos sobre as investigações realizadas no Brasil” (pág. 68) — ganha-se em “precisão e rigor na observação e tratamento descritivo dos eventos” mas perde-se muitas vezes “a riqueza e a desenvoltura no uso criador da inteligência” (pág. 70). A crítica fundamental a toda esta sociologia de matiz funcionalista está na hipostasiação do método ou nas palavras do Autor: “o que era uma solução metodológica (observação da realidade) tem sido confundido como um modelo teórico de compreensão da realidade” (pág. 80).

O “uso criador da inteligência” é exatamente aquilo que Wright Mills denominou a “imaginação sociológica”. O Prof. Ianni discute no cap. VII (“A crise do pensamento sociológico”) as teses daquele sociólogo “divergente”, preocupando-se basicamente em mostrar que ao ignorar os “clássicos” da Sociologia (Durkheim, Weber, Comte, Max) — por razões de ordem nitidamente ideológicas — a maioria dos sociólogos norte-americanos da escola funcionalista Parsons, Lazarsfeld e outros) dei-

xou-se “embriagar pela sintaxe” e foi dominada por uma espécie de “delírio empirista”. Afastaram-se, assim, dos requisitos da *imaginação sociológica* que “habilita o cientista a compreender as ligações entre a história e os indivíduos como componentes básicos no sistema societário” (pág. 148). Ainda no cap. I vamos encontrar uma crítica radical a essa sociologia do equilíbrio e da normalidade: “em última instância, solicita-se o trabalho do cientista para “validar” ou “invalidar” uma configuração social presente... a transformação do sociólogo em técnico ocorre nesse contexto. Pouco a pouco a sociologia desenvolve-se a sua conotação de técnica de resolução de tensões ou canalização destas em direções “não-destrutivas” (pág. 121).

Em três partes do livro (caps. IV, V e VII) o Autor procede a uma análise crítica de teorias de desenvolvimento que têm sido objeto de consideração na América Latina por parte dos setores governamentais, grupos e partidos políticos, centros de pesquisas etc. Valendo-se do conceito de *dependência estrutural* — “é o produto e condição mesma do modo de produção capitalista, quando êle compreende dois ou mais países desigualmente desenvolvidos” — procura demonstrar que o desenvolvimento não é só função de rupturas político-econômicas internas e externas como também é função do caráter global ou parcial dessas mesmas rupturas. Assim, as políticas desenvolvimentistas adotadas pelos governos de vários países latino-americanos (através da política de “substituição de importações”) evidenciou que não houve ruptura alguma, ao contrário a industrialização havida renovou, acelerou e aprofundou a dependência econômica nacional em face dos capitalismo mundiais. Daí, no entender do Autor, o caráter reformista — não-revolucionário — de tais mudanças ocorridas nos últimos anos.

Neste balanço crítico da sociologia latino-americana, o Prof. Ianni abre como que um parêntesis para ressaltar o trabalho pioneiro realizado por Florestan Fernandes dentro da Universidade brasileira (cap. VI — “Problemas de explicação na Sociologia”). “O modelo de investigação científica preconizado por êle, cujos fins explicativos podem ser atingidos ao nível da explanação descritiva ou da interpretativa, traz consigo todos elementos para a eliminação do clássico dilema apontado por Simiand” (“nem teorias de fatos, nem fatos sem teorias” (pág. 121).

#### *Apreciação.*

I. — O principal interêsse dêste mais recente trabalho do Prof. Octávio Ianni reside, a nosso ver, no relacionamento que êle estabelece entre o nível da prática científica e as mais instâncias que compõem a totalidade social. Sem pensar prática teórica (ciência) com o resultado mecânico ou meramente “superestrutural” das configurações sócio-econômicas, nem conferindo a ela uma plena autonomia, exemplifica concretamente nos seus diversos ensaios como ocorrem as determinações recíprocas entre a produção sociológica e as formações sociais que constituem a realidade latino-americana.

Tôda tentativa de se impôr às ciências humanas o modelo teórico das ciências físicas — paradigma tradicional de cientificidade — implica em metamorfosear aquelas em *técnicas* do contrôle social. Aquêles que teóricamente negam as determinações recíprocas entre o pensamento científico e as configurações sociais são justamente os que pela sua prática teórica procuram oferecer “soluções” aos problemas sociais mais imediatos (conflitos industriais, crises conjunturais, planejamento familiar etc.). Passam a intervir no processo social, negando, pois, os seus pressupostos (ideológicos) da “objetividade” e da “neutralidade”.

O que nos estranha, porém, é que o Prof. Ianni identifica aquela sua postura crítica com os vagos princípios de explicação da “sociologia do conhecimento” (pág. 7). Para nós, a análise concreta que faz em seus diversos ensaios tem um alcance metodológico bem mais preciso e determinado do aquêle oferecido por aquela disciplina de matiz historicizante.

I. — Na última parte de seu livro o Prof. Ianni busca oferecer a sua contribuição no sentido de elucidar um nôvo conceito que aos poucos vai ganhando “foros de cidadania” no seio de um determinado setor das ciências sociais latino-americanas: o conceito de *dependência*. (Um exame mais detido da obra do Prof. Ianni revela que é êle um dos pioneiros na introdução dêste térmo-conceito).

Nêste ensaio julga necessário ampliar o alcance desta categoria: “julgamos indispensável utilizar a expressão composta *dependência estrutural* para exprimir a perspectiva mais radical. Isto significa que não podemos compreender as relações e processos envolvidos na dependência senão compreendendo-os como elementos de uma configuração histórico-estrutural” (págs. 178-9). Definindo a dependência estrutural como resultado e condição do modo de produção capitalista — quando êste é levado à expansão internacional, entende que os conceitos de dependência e imperialismo são conceitos pares, gêmeos, reciprocamente necessários e determinados. Completa sua discussão ao advertir que a dialética imperialismo/dependência não se reduz nem se esgota nas relações entre países e estados. Aprofundar a análise implica em se passar à esfera das relações sociais de produção. Está exatamente aqui, adverte o autor, a natureza do intercâmbio imperialismo/dependência.

A nosso ver o Prof. Ianni nesta sua análise não cai nas ciladas de alguns “teóricos da dependência” que pretendem conferir ao conceito dimensões exorbitantes. Por exemplo, entendê-lo sob uma perspectiva totalizante. Como esclarece o Prof. Fernando H. Cardoso ao se defender exatamente desta crítica: “teóricamente o conceito de dependência é “reflexo”. . . será explicado por conceitos que constituem a teoria do capitalismo na fase imperialista, não explicando — obviamente — o Imperialismo” (pág. 35 in *Estudos 1* — edições Cebrap, 1971).

A utilização do conceito pelo Autor não coresponde igualmente a nenhuma tática de natureza eufemística (substituir em certos círculos o incensado e proibido con-



ceito de Imperialismo) ou, que seria teoricamente mais grave, estabelecer um confronto alternativo entre as Teorias da Dependência e Teoria do Imperialismo.

Mas, mesmo nos advertindo de possíveis interpretações teoricamente equívocas do conceito, fica para nós insuficientemente determinado o estatuto da categoria em questão. Em outras palavras, questionamos as possibilidades teórico--explicativas da utilização e elaboração e de uma “Teoria da Dependência”.

Para nós, o conceito desempenha, de um lado, as funções da ideologia na medida que é a maneira pela qual certos grupos ou classes sociais “vivem” as suas formas concretas de participação dentro da prática social (maneira específica de “viver” a totalidade que pode ser traduzida em práticas políticas diversas: revolucionária ou reformista; de alianças ou rupturas etc.). De outro lado, serão apenas os modelos formais (o conceito de Modo de Produção) e os sistemas significantes que constituirão o objeto científico (conhecimento das formações sociais e das formas diversas de suas relações) a partir da redução das significações (generalidades) secretadas por essa prática ideológica.

A dependência, não sendo uma categoria explicativa ou fundante, terá então sua natureza e alcance devidamente elucidados como categoria ideológica ou, quando muito, como conceito *problemático* (no sentido crítico) ou *sintomático* (na acepção althusseriana) na medida que indica a necessidade de se constituir um quadro formal que objetive os problemas apontados (ou designados) por êle. E é como tal, que se justifica a nosso ver a cidadania e validade ao conceito no terreno das ciências sociais contemporâneas.

III. — Talvez não tenha sido intenção do Autor explicitar os seus pressupostos metodológicos: nós os encontramos, freqüentemente, no seu “estado prático” ou seja presentificados no interior da obra.

Nesse sentido, alguns equívocos podem ser suscitados a partir da utilização de alguns conceitos. Tomemos uma dessas noções a categoria de Totalidade. No cap. IV êle empresta o mesmo sentido aos conceitos de totalidade *histórica* e totalidade *histórico-estruturada*.

A dificuldade, a nosso ver, surge quando se adjetiva o conceito de totalidade pois a partir daí estamos diante dum nôvo objeto. Daquilo que era um *modelo* passamos à determinação dum *objeto* concreto, real, singular. Ou seja, daquilo que era condição (modelo estrutural) de possibilidades de se constituir um conhecimento passamos para o nível do próprio *objeto-estruturado*.

Para nós *históricamente estruturado* são as formações sociais e não o conceito teórico (categoria de Totalidade). A rigor, aceitando-se as distinções de Poulantzas, o modelo formal não existe — no sentido forte do termo — na realidade tendo, pois, o caráter de construção teórica. Confundir aqueles dois níveis de concreticidade é

cair nas armadilhas do empirismo, denunciado pelo próprio autor em vários momentos dêste seu próprio trabalho.

IV. — Esta nossa apreciação — que se pretende crítica — do livro do Prof. Octávio Ianni busca, antes de tudo, indicar alguns problemas de caráter teórico que a leitura da sua obra nos oferece. Só por êste aspecto “Sociologia da Sociologia” se justifica plenamente como possibilidade — e pretexto — para um debate mais amplo sôbre o estatuto teórico das Ciências Humanas. Daí seu valor e pertinência.

CAIO NAVARRO DE TOLEDO

\*

\*      \*

HOBBSAW (E. J.). — *Rebeldes primitivos*. Tradução de Nice Rissone. Zahar Editôres. Rio de Janeiro. 1970. 244 páginas.

“Os bandidos e os salteadores de estradas preocupam a polícia, mas deveriam, também, preocupar os historiadores sociais”. Com esta frase inicial, o Professor E. J. Hobsbawn empreende um importante estudo sôbre as formas arcaicas dos movimentos sociais dos séculos XIX e XX: banditismo do tipo Robin Hood, sociedades secretas rurais, movimento camponeses do gênero milenário, motins urbanos pré-industriais e conseqüentes tumultos, certas seitas religiosas trabalhistas e o uso do ritual em organizações revolucionárias e operárias primitivas. Como vê o leitor, trata-se de “programa” vasto, que o ilustre professor da Universidade de Londres nos apresenta neste livro publicado em 1965, mas lançado entre nós em fins de 1970 por Zahar Editôres (*Rebeldes Primitivos*, trad. de Nice Rissone, Rio de Janeiro, 1970, 244 págs., Biblioteca de Ciências Sociais). Complementando — e documentando o volume —, o autor juntou diversos *dossiers* que ilustram os pensamentos e as afirmações das pessoas que tomaram parte em tais movimentos, conforme vêm ôscritos no livro, “de preferência empregando as expressões por elas usadas”, o que dá ao seu trabalho maior cunho de autenticidade.

Na maior parte, o campo pesquisado pelo autor é a Europa ocidental e meridional, especialmente a Itália, que tôda uma conjuntura social, econômica e política vai tornar, pode-se dizer, o campo ideal para movimentos dessa natureza. Bastaria a *Mafia* e os movimentos calabreses para exemplificar. O autor admite que o “leitor curioso” talvez possa ler seu livro simplesmente como uma descrição de alguns fenômenos sociais que são interessantes e pouco conhecidos, apesar de terem, já de há muito, sido objeto de boa literatura especialmente em inglês, mas lembra que seu trabalho não visa apenas à descrição, mas à análise e à explicação, sem as quais não passaria, com efeito, de mero relato curioso. Longe disto, o que Hobsbawn nos oferece é uma preciosa contribuição à história social do último século e meio.

Lembra o autor que, por motivos óbvios, os historiadores comumente têm concentrado seus interesses nos movimentos operários e socialistas, e em outros movimentos que, bem ou mal, “se encaixam dentro do quadro socialista”. A êste respeito, lembramos nós, o velho livro de Max Beer — que ainda se reedita —, constituiu, em tempos, um excelente modelo, naturalmente superado em muito, particularmente devido ao ângulo por demais restrito em que o autor alemão se colocou.

É evidente que tais movimentos são da mais alta importância, pois sem êles não se faria a história contemporânea, ou, melhor dizendo, ficaria ela muito incompleta. E que o campo de indagação e pesquisa é vasto, prova-o a numerosa e valiosa bibliografia que sobre o assunto existe, desde as utopias medievais e renascentistas até os movimentos sindicalistas modernos.

O campo do autor, em parte, foi outro, e, segundo sua própria informação, os assuntos de seu livro “não se encaixam em nenhuma categoria”. Lembra, por exemplo, que à primeira vista, alguns dos movimentos estudados, como o de Vandarelli ou a *Mafia*, parecem mais ter ocorridos no “medievo europeu”, do que propriamente nos séculos XIX e XX. Mereceram, ainda como exemplo, sua atenção certos fenômenos antes considerados “marginais e sem importância”, porque, em parte, “os historiadores, sendo em geral ilustrados e homens da cidade, não tinham simplesmente, até bem pouco tempo, feito esforços suficientes para compreender a pessoas que são diferentes deles”. Hoje, felizmente, historiadores e sociólogos têm despendido esforços suficientes para compreender pessoas que são diferentes deles... A literatura brasileira, histórica e sociológica, apresenta magníficos exemplos, desde Euclides da Cunha até Maria Isaura Pereira de Queiroz. Não foi sem propósito que balisamos nossa afirmação com êstes dois nomes. Ambos trataram de fenômenos messiânicos vinculados à vida rural e sem os preconceitos do homem da cidade, que o autor do presente livro tanto critica.

Com exceção das sociedades carbonárias, todos os fenômenos estudados pelo Professor Hobsbawn “pertencem ao mundo das pessoas que não só não escrevem como não lêem muitos livros — muitas vezes porque são analfabetas — que raramente são identificadas por outras pessoas pelos próprios nomes, exceto pelos próprios amigos e, então, em geral, é pelo apelido, que normalmente articulam mal e, raramente, são compreendidas mesmo quando manifestam suas idéias. Além do mais, são pessoas pré-políticas que ainda não encontraram ou apenas começaram a encontrar uma linguagem específica em que possam expressar suas aspirações em relação ao mundo. Embora os movimentos deles sejam, portanto e em diversos aspectos, cegos e hesitantes em relação aos *standards* dos movimentos modernos, não são nem sem importância nem marginais. Os homens e as mulheres referidos neste livro constituem a grande maioria em muitos e, talvez, em quase todos os países, hoje em dia, e foi a consciência política que eles adquiriram que tornou o nosso século o mais revolucionário da história”.

O primeiro grupo de movimentos sociais examinado é predominantemente rural, “embora não exista nenhuma razão *a priori* para o confinamento deles entre os camponeses”. A *Mafia* e outros movimentos semelhantes, vistos pelo autor como “um desenvolvimento um pouco mais complexo de banditismo social” constituem objeto de todo um capítulo, assim como, em outros capítulos são estudados os movimentos *milenários*, notadamente os lazaristas da Toscana e os camponeses andaluzos e sicilianos, os quais diferem da *Mafia* “porque são revolucionários e não reformistas e porque, por essa razão, são mais facilmente modernizados ou absorvidos por movimentos sociais modernos”.

O segundo grupo de estudos trata, essencialmente, dos movimentos industriais e urbanos: a *turba* (cap. VII), “equivalente urbano do banditismo social e o mais primitivo e pré-político dos movimentos do pobre da cidade, especialmente em certos tipos de cidades pré-industriais”; as *Scitas Operárias* (cap. VIII), que representam, mais claramente, “um fenômeno de transição entre o velho e o novo: organizações proletárias e aspirações de certa maneira expressas através de ideologias religiosas tradicionais”; o *ritual nos movimentos sociais*, (cap. IX), “absolutamente difícil de ser classificado”, pois sendo aparentemente tão arcaico, pertence, no entanto, à história da corrente principal de movimentos sociais modernos que vai do jacobinismo ao socialismo e comunismo modernos, e desde as antigas sociedades de artesãos ao sindicalismo moderno.

Ao considerar seu livro “uma tentativa incompleta” e que “pretende ser apenas isso”, de análise desses movimentos sociais, lembra, e com toda a razão, que “já é hora realmente de considerar com seriedade os tipos de movimentos que são examinados neste livro não apenas como uma série desconexa de curiosidades pessoais, como notas de rodapé para a história, mas como um fenômeno de importância geral e de considerável peso na história moderna”. E lembra que “aquilo que Antônio Gramsci disse a respeito dos camponeses do sul da Itália, na década de 1920, se aplica a um grande número de grupos e de áreas do mundo moderno”. Elas estão em perpétua fermentação, como massa, porém, “são incapazes de dar uma expressão concentrada às próprias aspirações e às próprias necessidades”.

À margem de outros movimentos, dedica o autor uma nota sobre a *Camorra*, que, a seu ver, não deve ser encarada como um “movimento social” em nenhum dos sentidos dessas palavras, “apesar de gozar, como todos os que são fortes e que infringem as leis dos opressores, quaisquer que sejam as finalidades, de uma certa admiração como a que o pobre dedica ao bandoleiro e de ser envolvida de certo mito e comemorada em canções como uma espécie de justiça selvagem contra o opressor”. Depois de lembrar que a história recente da *Camorra* é obscura, afirma crer que ela já desapareceu ou pelo menos o nome não é mais usado, “exceto como expressão geral de alguma sociedade ou fraternidade secreta do crime ou então de algum sistema de ação desonesta.

Os documentos arrolados pelo autor em “apêndice” ao seu livro são: 1. — Uma carta de Pasquale Tanteddu, proscrito e bandido (Sardenha, 1954); 2. — O bandoleiro Vardarelli ajuda os pobres (Apúlia, 1817); 3. — Interrogatório de um bandoleiro Borbon (Itália do Sul, início de 1860); 4. — Donato Manduzio refuta um falso apóstolo (San Nicandro, início de 1930); 5. — Uma camponesa a respeito da sociedade ideal (Piana dei Greci, Sicília, 1893); 6. — Uma comuna agrária não-envenenada pelas cidades (Ucrânia, 1918); 7. — Os camponeses suspeitam dos Governos (Ucrânia, 1917); 8. — A vontade de Tzar (Poltava, 1902; Chernigov, 1905); 9. — Declarações de Giovanni Lopez, sapateiro (San Giovanni in Fiore, 1955); 10. — Dois sermões de greve (Loray, Carolina do Norte, 1929); 11. — Um sindicalista do Lincolnshire: Joseph Chapman (Alford, 1899); 12. — Os “Homens de Decisão” recomendam um irmão (Lecce, Apúlia, 1817); 13. — Alguns juramentos secretos (Grã-Bretanha, 1830; Nápoles, 1815-1820; Paris, 1834). Transcrevemos, a seguir, um desses textos, o panfleto publicado por Chapman em 1899:

“Estive entre os primitivos no Alford Circuit durante trinta anos. Trabalhava como pregador local pela causa de Deus... Quando se instalou, pela primeira vez em Alford, a União dos Trabalhadores, interessei-me muito por ela. Como eu era um funcionário não-pago, eu trabalhava durante o dia para viver e fazia conferências à noite para a causa da União... O ano de 1872 presenciou o nascimento da União dos Trabalhadores. Eu, Joseph Chapman, com Joseph Arch e William Banks, de Boston, demos nossas línguas, nossas cabeças, nossos corações, nossa influência para o amadurecimento da União acima. Não acreditávamos nos senhores e senhoras que diziam que os religiosos e as respectivas esposas eram sagrados e que os camponeses eram vermes. Não achávamos que era correto sentarmos-nos no banquete, por preguiça, e os industriais receberem a crosta e as migalhas de pão. Aventuro-me a dizer que fizemos muito mais pela emancipação dos escravos brancos na Inglaterra do que todo o clero junto... Acho que não está muito longe o tempo em que Deus vai mandar apóstolos e profetas renovados para a Sua Igreja, que visitarão os pobres idosos para investigar como podem viver com três xelins por semana, a anuidade dada pela paróquia, quando se tem de pagar com ela o aluguel, carvão e luz, e iniciar um forte protesto contra tal crueldade e pregar com mais força o evangelho de Deus ou que eliminará ou curará os professores áridos e improdutivos... Já existem sinais da grande aliança que está para vir, em que príncipe, par e camponês se unirão e cooperarão para a felicidade de todos. Tantos quantos os que são guiados pelo espírito de Deus e só eles. Algum dia vira, tão grande como o mundo inteiro, o mundo da união”.

Ou estes outros exemplos relativos ao bandoleiro Vardarelli, de um relatório de De Matteis, Juiz de Andria, em 11 de fevereiro de 1817:

“Quando Don Gaetano Vardarelli partiu a cavalo, chamou o meirinho e ordenou-lhe que desse, imediatamente, a cada trabalhador da propriedade a quanti-

dade de um rotolo (pouco mais de um quilo) de pão. Foi impossível fazer tal distribuição imediatamente porque os trabalhadores eram cem, e o pão em estoque não era suficiente. Então Don Gaetano disse ao meirinho que êle cumprisse as ordens dêle o mais rápido possível e que, se quando êle voltasse, algum trabalhador tivesse ficado sem pão, êle mataria o meirinho da mesma maneira que já havia eliminado dois outros meirinhos de outras propriedades. De Gaetano Vardarelli ao Prefeito de Atella: Eu, Gaetano Vardarelli, comando e ordeno-lhe que reúna todos os latifundiários da Comuna de Atella, e procure convencê-los de que êles devem permitir que os pobres fiquem com a respiga, do contrário vou esquentar o travesseiro dêles, e eu não estou brincando. Do mesmo, ao Prefeito de Foggia: Senhor Prefeito, o senhor fará a gentileza de, em meu nome, instruir todos os latifundiários para que parem de dar as respectivas respigas ao gado e para deixá-las para os pobres e, se êlcs se fizerem de surdos a esta minha ordem, queimarei tudo o que êles têm. Faça isso exatamente e eu o saúdo com estima e lhe digo que, se me dizem alguma queixa de que o senhor não cumpriu minhas ordens, a responsabilidade será tôda sua”.

Lembremos, para encerrar esta nota, que o Professor Erich J. Hobsbawn é autor, entre outras obras, de um importante estudo sôbre as revoluções da Europa no período de 1789 a 1848; esta obra não se encontra, infelizmente, traduzida (uma boa sugestão para as nossas editôras...) mas pode ser encontrada em espanhol num belo volume de Ediciones Guadarrama, Madrid, 1964, com o título *Las revoluciones burguesas*.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

\*  
\*   \*  
\*

LAVENÈRE-WANDERLEY (Tenente-Brigadeiro Nelson Freire). — *Estratégia Militar e Desarmamento*. Biblioteca do Exército em convênio com Bloch Editôres. Rio de Janeiro. 1971 (\*).

Aspecto significativo de que o Poder é o elemento predominante nas relações internacionais reside no fato de os Estados serem chamados Potências. Assim surge uma classificação própria segundo o grau de Poder que as nações apresentam no concerto internacional: Superpotências, Grandes, Médias e Pequenas Potências.

As primeiras ficaram caracterizadas após a II Guerra Mundial principalmente em virtude da esmagadora superioridade que adquiriram no campo militar com a posse do armamento nuclear e dos respectivos meios de lançamento e direção.

---

(\*) . — Transcrito, com a devida permissão, da *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, Ano IV, nº 32, abril de 1972.

Os sistemas bélicos nucleares são tão terrivelmente destruidores que criaram no mundo um clima psicológico de terror e o monopólio praticamente total de tais sistemas pelos Estados Unidos e a União Soviética acarretou-lhes o aumento desmedido do Poder Nacional que lhes fizeram merecer o superlativo super.

É, porém, da natureza do Poder a integração de todos os seus elementos constitutivos e, então, as Superpotências não o são apenas pelo valor nuclear que detêm. Acompanham-no outros elementos como, por exemplo, o avanço tecnológico superior, o poder econômico, a vastidão e a posição territorial e a expressão populacional.

As Grandes Potências, embora nem de longe possa igualar-se com os Estados Unidos e a União Soviética, possuem, cada qual, considerável Poder Nacional criado através de processos históricos elaborados que lhes permitiram acumular prestígio internacional, organização e economia sólidas, ponderável capacidade militar e disciplinada integração dos elementos do Poder. É a Europa que abriga a maioria das Grandes Potências tradicionais como a França, a Grã-Bretanha, a Alemanha e a Itália, sendo de assinalar, na Ásia, o Japão e a China continental.

Decrescendo em Poder Nacional há o grupo recente das Potências Médias no qual se incluem o Brasil, Argentina, México, outros países da América Latina, Canadá, Austrália, Índia e outros mais, em rápido processo de desenvolvimento que lhes propicia legítimas aspirações de em breve atingirem o *status* de Grandes Potências.

Finalmente as Pequenas Potências, que possuem fraco Poder Nacional seja por terem ingressado apenas recentemente na vida internacional; seja porque o limitado potencial de que dispõem não lhes permite maiores aspirações.

As relações de convivência entre os Estados constituem o que se chama de relações internacionais. Atualmente, novas pessoas de direito internacional incluem-se também no quadro das relações internacionais. São elas os organismos supra e supnacionais tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), que procura agrupar a universalidade dos estados-nações, e a Organização dos Estados Americanos (OEA), de fins políticos, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de fins militares, e o Mercado Comum Europeu (MCE), de fins econômicos, que grupam regionalmente vários países por razões de concordância de interesses.

O ilustre Brigadeiro Nelson Freire Lavenère-Wanderley, autor da obra *Estratégia militar e desarmamento*, fixou-se nas atividades supranacionais da ONU no campo dos assuntos que dão título ao livro. Entretanto, no tratamento das teses, mostra as atividades políticas das Potências, principalmente das supergrandes. Nesses trechos a leitura permite mostrar o realismo com que cada nação procura valer seus pontos-de-vista, interessados mais em melhorar a respectiva posição estratégica do que em procurar decisões justas sob critérios imparciais e de absoluta boa-fé.

Na primeira parte da obra o autor apresenta o arcabouço doutrinário em que se assenta a estratégia militar moderna fundamentalmente influenciada pelos avanços da ciência e da tecnologia e sua repercussão na composição do Poder Militar. Por isso, ao lado dos conceitos teóricos indispensáveis da doutrina, o tema desdobra-se em capítulos especiais referentes à estratégia nuclear, à utilização militar do espaço cósmico e do fundo dos mares e dos oceanos, e às armas de destruição maciça. Nesses últimos refere-se às resoluções da ONU que lhes dizem respeito.

Capítulos especiais são dedicados à guerra revolucionária e à estratégia do mundo atual.

A segunda parte é totalmente dedicada à evolução da tese do desarmamento dentro da Organização das Nações Unidas desde 1946 até os dias atuais salvo o capítulo que aborda o mais recente tema desarmamentista — as conversações sobre a limitação das armas estratégicas — que está sendo discutido fora daquela organização em termos de bilateralidade entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Os capítulos que compõem esta segunda parte formam um quadro homogêneo do problema do desarmamento familiarizando o leitor com a dinâmica da elaboração dos diversos tratados que algum dia constituirão o elenco do direito positivo internacional que regularão o desarmamento mundial. Desde a apresentação da proposta inicial até a redação final e o depósito para assinaturas acontecem muitas discussões, emendas, substitutivos etc. O autor os descreve com a segurança de quem domina a matéria e de quem participou dos detalhes que relata. Vê-se neles o choque de interesses nacionais particulares e dos grupos ou blocos de nações.

Na terceira parte reuniu o Brigadeiro Lavenère-Wanderley os textos dos tratados discutidos no livro e muito útil cronologia dos acontecimentos mundiais referentes aos assuntos estudados.

Do que se vê, a obra *Estratégia militar e Desarmamento* é livro básico para quem queira compreender as relações de poder no mundo de hoje e seu estilo descritivo torna-a hábil para leigos e especialistas. Os interessados em assuntos internacionais podem inferir desde livro que a prática da política internacional conduz paulatinamente à normatividade do direito internacional, que os entrecosques de Poderes devem processar-se antes e durante a lenta elaboração dessa normatividade, a qual pode ser desprezada e rompida por atos de força, embora normalmente não convenham às Nações e às entidades supranacionais, que precisam regular suas atividades por acordos ostensivos ou tácitos.

Coronel WALDIR DA COSTA GOLDOPHIN

\*

\*

\*